



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria das Cidades

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL 2015

**Ceará
junho/2016**

Lista de Figuras

Figura 1. Evolução do Número de Unidades Habitacionais Contratadas e Acumulado a partir de 2011, Ceará, 2007-2015.....	13
Figura 2. Evolução do Indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias, Ceará, 2007-2015.	19
Figura 3. Famílias Beneficiadas com produtos de Habitação de Interesse Social Adequada, Ceará, 2007-2015.....	26
Figura 4. Evolução do Indicador % População Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Fortaleza-Ce, 2007-2015.....	33
Figura 5. Evolução do Indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Ceará, 2007-2015.....	36
Figura 6. Evolução do Indicador % População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Coletora de Esgoto Sanitário operada pela Cagece, Ceará, 2007- 2015.	40
Figura 7. Evolução do Indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário operada pela Cagece, Ceará, 2007-2015.	43
Figura 8. Evolução do Indicador População Urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2015.....	61
Figura 9. Evolução do Indicador População Urbana do Interior (exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2015.....	63
Figura 10. Evolução da Demanda das Linhas Oeste e Sul entre 2007 e 2015.	75
Figura 11. Evolução do Indicador Número de vítimas fatais no trânsito por 10.000 veículos, Ceará, 2007-2015.....	82
Figura 12. Evolução do Indicador Número de vítimas fatais no trânsito por 100.000 habitantes, Ceará, 2007-2015.....	84
Figura 13. Evolução do Indicador Número de acidentes de trânsito por 100.000 habitantes, Ceará, 2007-2015.....	85

Lista de Mapas

Mapa 1. Municípios elegíveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – SUB50, com destaque para os que receberam unidades habitacionais, Ceará, 2015.....	14
Mapa 2. Municípios elegíveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FAR, com destaque para os que receberam unidades habitacionais, Secretaria das Cidades, 2015.....	16
Mapa 3. Situação dos municípios quanto à concessão e operação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Ceará, 2015.....	30
Mapa 4. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário operados pela Cagece, Ceará, 2015.....	31
Mapa 5. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário Operados pelos SAAEs e Prefeituras Municipais, Ceará, 2015.....	35
Mapa 6. Número Médio de Obras Urbanas por Município segundo Macrorregião Administrativa, Ceará (exceto Fortaleza), 2007-2015.....	50
Mapa 7. Valor Médio de Recursos Disponíveis (R\$) por Município segundo Macrorregião Administrativa, Ceará (exceto Fortaleza), 2007-2015.....	50
Mapa 8. Distribuição das Obras Urbanas, Ceará (exceto Fortaleza), 2015.....	52
Mapa 9. Distribuição dos municípios beneficiados com obras urbanas, Ceará, 2007-2015.....	53
Mapa 10. Localização Prevista dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos, Ceará, 2006.....	55
Mapa 11. Situação dos Municípios quanto à formação dos Consórcios Públicos, Ceará, 2012.....	58
Mapa 12. Linhas em operação e a serem implantadas na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.	70
Mapa 13. Trajeto da Linha Sul do Metrô de Fortaleza.....	73
Mapa 14. Trajeto da Linha Oeste do VLT de Fortaleza.....	74
Mapa 15. Trajeto do Ramal Parangaba-Mucuripe.....	76
Mapa 16. Trajeto do Ramal Caucaia-Pecém.....	77
Mapa 17. Trajeto do VLT do Cariri.....	78
Mapa 18. Trajeto do VLT de Sobral.....	79
Mapa 19. Trajeto da Linha Leste do Metrô.....	80

Lista de Tabelas

Tabela 1. Indicador do Resultado Estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2015.....	10
Tabela 2. Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado do Ceará – Secretaria das Cidades no âmbito do PMCMV - FAR (com aporte) e PNHR, Ceará, 2015.....	18
Tabela 3. Número de Unidades Habitacionais entregues por Programa/Projeto, Ceará, 2007-2015...	18
Tabela 4. Unidades Habitacionais Entregues no âmbito do PMCMV 2 – SUB 50 e PMCMV - FAR (com aporte) e PMCMV-PNHR e Projeto Maranguapinho, Ceará, 2015.....	22
Tabela 5. Famílias Beneficiadas com produtos de Habitação de Interesse Social Adequada, Ceará, 2007-2015.....	25
Tabela 6. Indicadores do Resultado Estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário, Ceará, 2007-2015.....	28
Tabela 7. Indicadores do Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões, Ceará, 2007-2015.....	46
Tabela 8. Quantidade de Obras Urbanas e Municípios Beneficiados (exceto Fortaleza), Secretaria das Cidades, 2007-2015.	49
Tabela 9. Obras Urbanas no Interior (CE exceto Fortaleza), Ceará, 2015.....	51
Tabela 10. Consórcios Públicos Formados por Iniciativa do Governo Estado do Ceará no período 2008-2011.....	57
Tabela 11. Indicador do Resultado Estratégico Melhoria da Logística de Transporte Elevando a Competitividade Econômica do Estado, (2007 – 2015).....	68
Tabela 12. Número de passageiros beneficiados com o transporte metroferroviário no período 2007 – 2015.....	71
Tabela 13. Indicadores do Resultado Estratégico Melhoria das Condições de Segurança no Trânsito e Transporte, 2007-2015.	81

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	7
II.	RESULTADOS ESTRATÉGICOS	10
1.	RESULTADO 1 – EXPANSÃO DA OFERTA DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL ADEQUADAS	10
1.1.	Análise do Indicador de Resultado: Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias (2007-2015)	11
1.2.	Influência dos Produtos no Resultado Estratégico (2015)	22
1.2.1.	Produto Unidade Habitacional Entregue (2015)	22
1.2.1.1.	Projetos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV	22
1.2.1.2.	Projeto Maranguapinho	23
1.2.1.3.	Projetos no âmbito das Operações Coletivas e PSH	23
1.2.1.4.	Projeto em Parceria com Municípios em Regime de Mutirão - Leilão	23
1.2.2.	Produto Unidades Sanitárias Domiciliares (2015)	24
1.2.3.	Produto Fogões Sustentáveis (2015)	24
1.2.4.	Produto Unidade Habitacional Reformada (2015)	25
2.	RESULTADO 2 – AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	28
2.1.	Análise do Indicador de Resultado: % População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2015)	32
2.2.	Análise do Indicador de Resultado: % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2015)	33
2.3.	Influência do Produto no Resultado Estratégico (2015)	36
2.3.1.	Produto Ligação Domiciliar de Água Realizada (2015)	36
2.4.	Análise do Indicador de Resultado: % População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2015)	38
2.5.	Análise do Indicador de Resultado: % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2015)	40
2.6.	Influência do Produto no Resultado Estratégico (2015)	43
2.6.1.	Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada (2015)	43
2.7.	Cobertura de Água da População Total (Urbana + Rural) do Estado do Ceará e Cobertura de Esgoto da População Total (Urbana + Rural) do Estado do Ceará	45
3.	RESULTADO 3 – MELHORIA DA ESTRUTURA URBANA DE CIDADES E REGIÕES	46
3.1.	Estruturação Urbana	47
3.1.1.	Análise do Indicador de Resultado: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana (2007-2015)	47
3.1.2.	Influência dos Produtos no Resultado Estratégico (2015)	51
3.1.2.1.	Produto Obra Urbana Implantada (2015)	51
3.2.	Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos	54
3.2.1.	Análise do Indicador de Resultado: População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2015)	60
3.2.2.	Análise do Indicador de Resultado: População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2015)	62
3.2.3.	Influência do Produto no Resultado Estratégico (2015)	63
3.2.3.1.	Produto Aterro Sanitário Construído (2015)	63
4.	RESULTADO 4 – MELHORIA DA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE ELEVANDO A COMPETITIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO	68
4.1.	Análise do Indicador de Resultado: % de Participação do número de passageiros transportados por sistema metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF (2007-2015)	68
4.2.	Influência dos Produtos no Resultado Estratégico (2015)	71

4.2.1.	Produto Linha Sul do Metrô Implantada – Grande Fortaleza – Metrô (2015).....	71
4.2.2.	Produto Linha Oeste do Metrô Implantada – Grande Fortaleza – Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT (2015).....	73
4.2.3.	Produto Linha de Trem de Passageiros Implantada – situações implantada, em implantação, em concepção (2015)	75
4.2.3.1.	Grande Fortaleza – Ramal Parangaba-Mucuripe – Veículo Leve Sobre Trilhos (em implantação pela Seinfra).....	75
4.2.3.2.	Grande Fortaleza – Ramal Caucaia-Pecém (em concepção)	76
4.2.3.3.	Região do Cariri – Veículo Leve Sobre Trilhos (implantado).....	77
4.2.3.4.	Região Norte – Veículo Leve Sobre Trilhos de Sobral (implantado)	78
4.2.4.	Produto Linha Leste do Metrô Implantada – Grande Fortaleza – Metrô - em implantação pela Seinfra (2015).....	79
4.2.5.	Produto Linha de Trem Operada - Manutenção da oferta de serviços de transporte metroferroviário (2015).....	80
5.	RESULTADO 5 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO E TRANSPORTE.....	81
5.1.	Análise do Indicador de Resultado: Número de vítimas fatais no trânsito por 10.000 veículos (2007-2015).....	82
5.2.	Análise do Indicador de Resultado: Número de vítimas fatais no trânsito por 100.000 habitantes (2007-2015).	84
5.3.	Análise do Indicador de Resultado: Número de acidentes no trânsito por 100.000 habitantes (2007-2015).	85
5.4.	Influência dos Produtos no Resultado Estratégico (2015).....	86
5.4.1.	Produto Equipamento Público Construído (2015).	86
5.4.2.	Produto Sinalização Implantada (2015).	86
5.4.3.	Produto Evento Realizado (2015).	86
5.4.4.	Produto Blitz Realizada (2015).	86
5.4.5.	Produto Veículo Registrado (2015).....	86
5.4.6.	Produto Habilitação Concedida (2015).	87
5.4.7.	Produto Unidade Operacional Implantada (2015).	87

I. INTRODUÇÃO

A Secretaria das Cidades (CIDADES) apresenta o Relatório de Desempenho 2015 com uma análise da setorial a partir do foco da Gestão Pública orientada por Resultados – GPR.

Neste documento são analisados os resultados estratégicos:

- Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas, relacionado à função de governo Habitação;
- Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário, relacionados à função de governo Saneamento, cujas iniciativas e ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário são executadas por meio da entidade vinculada Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece; e
- Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões, relacionado às funções de governo Urbanismo e Saneamento Básico, esse último voltado para destinação adequada de resíduos sólidos.

Apresenta, pela primeira vez na matriz de resultados da Secretaria das Cidades, no último ano do PPA 2012-2015, a análise dos resultados estratégicos

- Melhoria da Logística de Transporte elevando a competitividade econômica do Estado, relacionado à função de governo Transporte; e
- Melhoria das condições de segurança no trânsito e transporte, relacionado às funções de governo Transporte e Segurança Pública.

Esses dois resultados referem-se ao esforço de trabalho de duas entidades que foram vinculadas em 2015 à Secretaria das Cidades, a sociedade de economia mista Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor e a autarquia Departamento Estadual de Trânsito – Detran, por ocasião da estruturação do novo modelo de gestão do Poder Executivo, conforme a Lei Nº 15.773 de 10/03/2015, que alterou a Lei 13.875/2007.

Os resultados da matriz de GPR da Secretaria das Cidades foram impulsionados pela execução de ações – projetos e atividades – desenvolvidas por meio de iniciativas do Programa 033 - Habitacional, 031 - Programa Desenvolvimento Urbano, 032 - Programa Saneamento Ambiental, 034 - Programa Desenvolvimento Regional e 003 - Programa Transporte e Logística do Estado do Ceará.

Dada a singularidade de 2015, onde registra-se a execução dos Programas do PPA 2012-2015 por órgãos reestruturados em um novo modelo de gestão (2015-2018), cumpre esclarecer, em relação aos resultados estratégicos e produtos aqui apresentados:

- Parte dos produtos do Detran e Metrofor, relacionados ao resultado estratégico Melhoria da Logística de Transporte elevando a competitividade econômica do Estado também foram executados por meio do Programa 003 - Transporte e Logística do Estado do Ceará no orçamento da Secretaria da Infraestrutura – Seinfra, órgão ao qual eram vinculados em 2014.
- Alguns produtos do Detran, os quais contribuíram para o resultado estratégico Melhoria das condições de segurança no trânsito e transporte foram executados por meio do Programa 054 - Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará, pertencente ao orçamento da Seinfra.

Cumpre destacar, no contexto do desenvolvimento das ações, o trabalho técnico social, ora realizado pela Secretaria das Cidades, Cagece, Municípios e Metrofor, que se constitui num importante elemento para a viabilização dos projetos, bem como na escuta da população/comunidades impactadas/beneficiadas pelas ações, além do direcionamento das demandas oriundas desse público.

Parte das ações do trabalho técnico social inclui atividades de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e de geração de emprego e renda que objetivam o desenvolvimento da população beneficiária dos projetos. Essas atividades também contribuem para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Os resultados da Secretaria das Cidades também são alcançados, no médio e longo prazo, por meio da execução de projetos especiais de melhoria urbana e ambiental, a exemplo do Rio Maranguapinho, Rio Cocó, que integram ações de habitação, estruturação urbana, saneamento básico e obras hídricas; e do Projeto Dendê, que também inclui essas ações, exceto as obras hídricas.

Esses projetos objetivam a melhoria da estrutura urbana de cidades, a recuperação de áreas degradadas e a retirada de famílias de áreas de proteção ambiental e em situação de risco para residenciais dotados de infraestrutura e serviços públicos.

Os resultados refletem, ainda, o esforço do trabalho da Secretaria no sentido da implementação da estratégia do Governo relacionada à desconcentração espacial do desenvolvimento do Estado, fundamentada em estudos realizados na gestão 2003-2006.

São executadas ações que visam fortalecer alguns pólos regionais indicados por meio de estudos econômicos como alternativas de solução para o desenvolvimento do Estado de forma mais equilibrada e, dessa forma, contribuir em longo prazo para a desconcentração do desenvolvimento, ainda tão localizado na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, para outras regiões do Estado.

Dessa forma, além da regionalização do orçamento do Estado, destaque-se na Secretaria das Cidades a execução do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central, que teve em 2015 seu penúltimo ano de execução, e o Projeto Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, ambos no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional.

A entidade vinculada Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades - Ideci não se insere de forma direta na análise dos resultados setoriais da Secretaria das Cidades.

Essa autarquia atua no apoio ao planejamento dos municípios, por meio da elaboração de planos, programas, projetos; no desenvolvimento da mão-de-obra técnica municipal; e, ainda, na formulação de estudos e pesquisas tendo em vista subsidiar as gestões municipais no sentido de estimular o desenvolvimento das cidades do Estado do Ceará.

Além disso, também atua no suporte à Secretaria das Cidades, notadamente na operacionalização das ações de regularização fundiária urbana, que é parte integrante iniciativa de oferta de habitação de interesse social.

Ressalte-se que, na análise, os resultados estratégicos setoriais são medidos por meio de indicadores os quais buscam aferir em que medida as ações executadas por meio dos programas de governo foram efetivas. Por fim, apresenta-se o desempenho dos principais produtos em 2015 e sua contribuição para o alcance dos resultados aqui apresentados.

II. RESULTADOS ESTRATÉGICOS

1. RESULTADO 1 – EXPANSÃO DA OFERTA DE MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL ADEQUADAS

Tabela 1. Indicador do Resultado Estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas, Ceará, 2007-2015.

Indicador	Exercício								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias	38,17%	31,80%	45,72%	40,04%	84,39%	74,08%	77,91%	69,12%	19,77%

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Unidade de Gerenciamento do Projeto da Região Metropolitana de Fortaleza - UGP RMF.

O resultado estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas reflete a atuação da Secretaria das Cidades na oferta de moradia digna às famílias excluídas dos mecanismos de mercado para a aquisição da casa própria.

Na série histórica apresentada, essa atuação ocorreu por meio do apoio financeiro na forma de aporte de recursos ou auxílios em projetos (Operações Coletivas, Leilão Habitacional, FNHIS, Pro-Moradia, Emergência - Defesa Civil, Programa de Cooperação Federativa – PCF) e no aporte de recursos junto ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV em suas diversas modalidades (PMCMV1-Sub50, PMCMV2-Sub50, PMCMV-PNHR, PMCMV-FAR).

Embora não diretamente atribuída da política habitacional, o referido resultado também reflete a atuação da setorial na execução direta de projetos de melhoria urbana e ambiental, a exemplo do Projeto Rio Maranguapinho, por meio dos quais famílias em situação de risco são reassentadas em residenciais dotados de infraestrutura.

O resultado estratégico apresentado neste item é mensurado pelo indicador Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias.

1.1. Análise do Indicador de Resultado: Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias (2007-2015)

O indicador Percentual de Atendimento à Demanda Identificada e Programada de Moradias representa a proporção de unidades habitacionais de interesse social entregues no ano, em relação à programação de unidades habitacionais para o ano.

Esse indicador não é efetivo na explicação do déficit habitacional, porque representa apenas a capacidade de atendimento da Secretaria das Cidades frente a programação de unidades para o ano, que por sua vez depende da apresentação de demandas pelas prefeituras municipais e entidades, bem como da articulação do Estado para a contratação de empreendimentos.

O Plano Estadual de Habitação do Ceará – PEHIS elaborado no período 2010/2011 subsidiou a Secretaria das Cidades no planejamento de suas ações com a identificação dos números referentes à problemática habitacional do Estado. Em relação ao déficit quantitativo foi registrada à época a carência de 608 mil unidades habitacionais, enquanto o déficit qualitativo, a inadequação de 868 mil unidades.

Com o propósito de apoiar os municípios no combate ao déficit habitacional quantitativo, o Estado vem desempenhando o papel de indutor e, desde 2011, articula junto à União, Municípios, entidades da sociedade civil organizada, instituições financeiras e atores do setor da construção civil, a dinamização da produção habitacional no Estado.

Destaque-se que o papel exercido pelo Estado vai além da articulação e mobilização dos agentes envolvidos. Inclui também o aporte de recursos, a viabilização de infraestrutura, quando necessária, e o acompanhamento da execução dos empreendimentos.

Ressalte-se a Lei Estadual nº 15.143, que autorizou o aporte de recursos financeiros no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV do Governo Federal. Também foi aprovado em 2012 o Decreto nº 30.968, de 19/07/2012, DOE Nº141, de 25/07/2012, que regulamenta a referida lei.

Complementarmente, com o objetivo de incrementar o desempenho do Estado, a Secretaria das Cidades mobilizou os agentes relacionados ao desenvolvimento do PMCMV e criou um Comitê Interinstitucional.

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV foi criado pela Lei Federal Nº 11.977/2009, posteriormente alterada pela Lei Federal Nº 12.424/2011, com a “finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos, e à produção ou reforma de habitações rurais para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais)”.

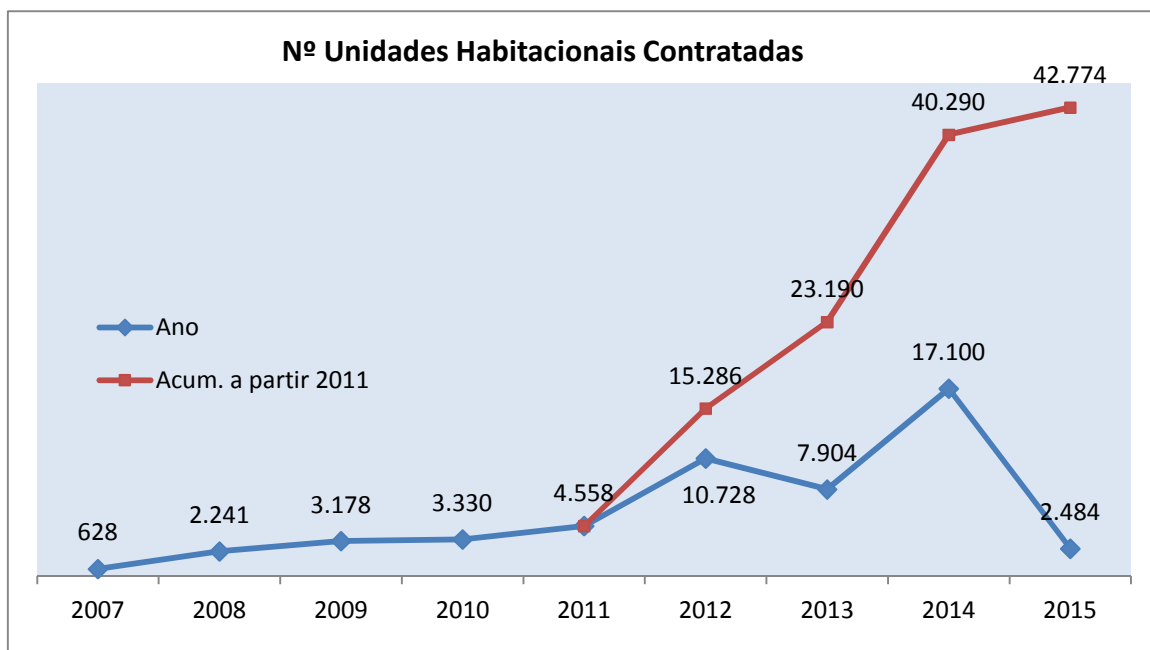
O PMCMV é formado pelo Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e pelo PMCMV/SUB50. A participação do Estado está restrita, prioritariamente, às modalidades que atendem às famílias de baixa renda. Em todas as modalidades de atuação, os beneficiários devem estar inscritos nos cadastros dos Municípios ou do Estado, porém só serão beneficiados aqueles que estiverem devidamente cadastrados no CadÚnico do Governo Federal e aprovados dentro dos critérios do Programa.

A motivação para a opção estratégica de aporte de recursos financeiros junto ao PMCMV é atribuída à oportunidade de alavancar por meio desse Programa a contratação de um maior número de unidades habitacionais, uma vez que a União aporta a maior parte dos recursos, bem como pela chance de ofertar as famílias cearenses unidades habitacionais de melhor qualidade (área construída, acabamento, infraestrutura etc).

Para possibilitar atendimento aos 184 municípios do Estado na gestão 2011-2014, o Governo do Estado do Ceará elegeu como estratégia atuar em três modalidades do PMCMV: SUB50, PNHU/FAR (com aporte) e PNHR, chegando a um volume expressivo de contratação desde as primeiras em 2011 até 2015, totalizando 42.774 unidades habitacionais, sendo que desse total 17.100 unidades habitacionais em 2014 e 2.484 em 2015 (**Figura 1**). No período 2011-2014 foram contratadas por meio do PMCMV/PNHU-FAR outras 7.321 unidades habitacionais com articulação do Estado, sem aporte financeiro, que irão beneficiar 30.382 pessoas.

Em 2015 aguardou-se o lançamento da Fase 3 do PMCMV, que não se efetivou e, conseqüentemente, ocasionou a queda no volume de contratações de habitação no ano, que totalizaram 2.484 unidades habitacionais pela Fase 2 do PMCMV. A queda expressiva no volume de contratações em comparação ao ano de 2014 foi decorrente do contingenciamento de recursos orçamentários por parte do Governo Federal. O cenário apresentado é motivo de preocupação uma vez que os Estados e Municípios necessitam de investimento do Governo Federal para seus programas sociais.

Figura 1. Evolução do Número de Unidades Habitacionais Contratadas e Acumulado a partir de 2011, Ceará, 2007-2015.



Nota: O PMCMV foi lançado em 2009, pela Lei Federal nº 11.977/2009 e as primeiras contratações em 2011.
 Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Habitação de Interesse Social – CDHIS.

A primeira das modalidades que a Secretaria das Cidades atua é a **PMCMV/SUB 50**, voltada ao atendimento de famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil (hum mil e seiscentos reais), residentes em municípios com população de até 50 mil habitantes.

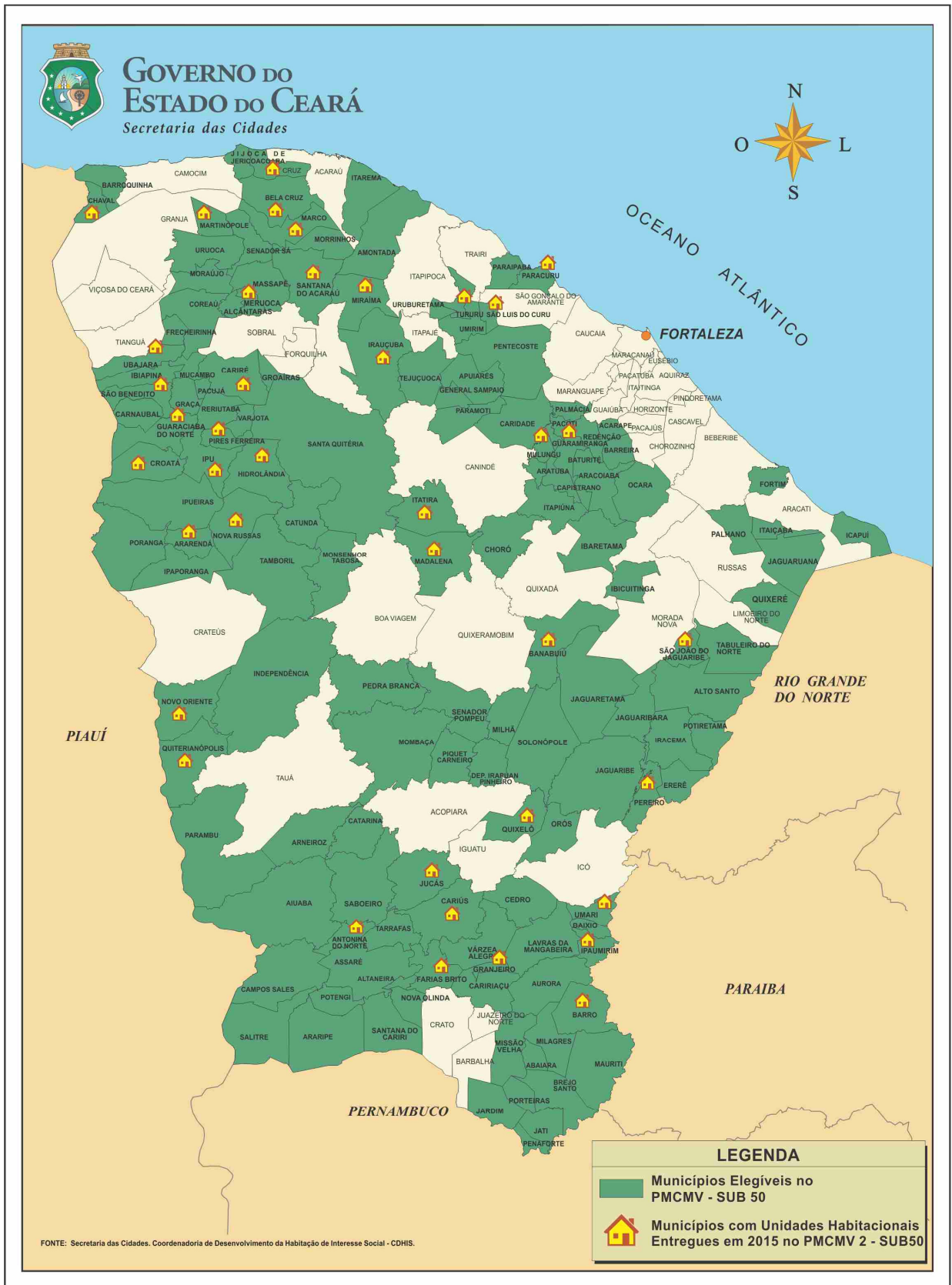
No Estado do Ceará podem ser atendidos até 142 municípios (**Mapa 1**). A modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais em áreas urbanas, por meio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central e habilitadas pelo Ministério das Cidades.

O investimento da União nessa modalidade é de R\$ 25 mil (vinte e cinco mil reais) por unidade habitacional, subsidiado com recursos oriundos do Orçamento Geral da União. O Estado aporta nas operações das quais participa como agente promotor, o valor adicional de R\$ 3 mil (três mil reais) por unidade, custeados pelo FECOP. O Trabalho Social é realizado por cada município, por meio das prefeituras municipais.

No período em análise foram contratadas por meio do PMCMV-SUB50 um total de 6.650 unidades habitacionais, das quais 4.181 unidades pelo PMCMV1-SUB50 em 2011 e 2.462 unidades em 2013 e 7 unidades em 2014 pelo PMCMV2-SUB-50 .

Em 2015 não foram realizadas contratações por meio do PMCMV-SUB50.

Mapa 1. Municípios elegíveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – SUB50, com destaque para os que receberam unidades habitacionais, Ceará, 2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

A segunda modalidade do PMCMV é vinculada aos recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e por este motivo é conhecida como **PMCMV-PNHU/FAR**.

Esta modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais por intermédio de instituições financeiras oficiais federais e é voltada ao atendimento de famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil (hum mil e seiscentos reais), residentes nas capitais, suas respectivas regiões metropolitanas e municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes. No Estado do Ceará podem ser atendidos até 42 municípios (**Mapa 2**).

O PMCMV-PNHU/FAR é lastreado com recursos do Governo Federal, depositados no FAR, de financiamentos do CPAC/CEF e CPAC/Banco do Brasil, e do Tesouro Estadual.

As referidas operações de financiamento destinam-se complementar as contrapartidas do Estado em contratos do PMCMV em que o Ceará participe como contratante ou interveniente no âmbito do Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC/FGTS, nos termos do Art. 9º-S da Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 2.827, de 05/07/2012, alterada pelas Resoluções nº 4.098, de 28/06/2012, nº 4.158, de 22/11/2012 e nº 4.182, de 31/01/2013.

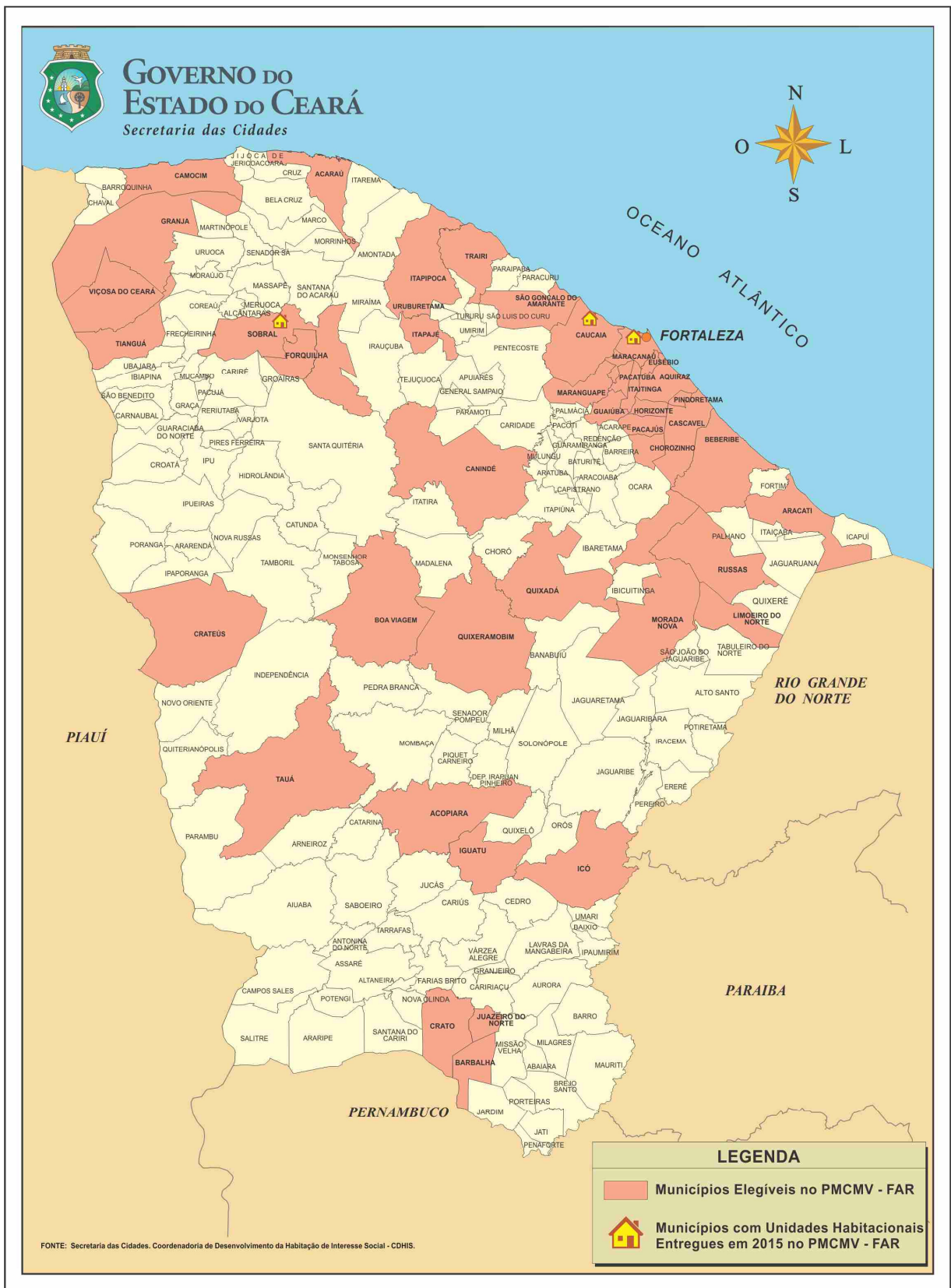
A partir da Lei Estadual Nº 15.369 de 13/07/2013, que "Autoriza o Poder Executivo a Contratar Financiamentos junto a Instituições Financeiras Nacionais Integrantes do Sistema Financeiro Nacional", publicada no DOE de 24/07/2013, o Estado do Ceará uniu esforços para contratar as operações citadas (CPAC) junto à CAIXA e ao Banco do Brasil.

O investimento da União em cada unidade habitacional é de R\$ 63 mil (sessenta e três mil reais) na RMF e de R\$ 59 mil (cinquenta e nove mil reais) nos demais municípios, conforme a Portaria Nº 465, de 3/10/2011, DOE Nº191, de 4/10/2011, do Ministério das Cidades. Nas operações realizadas com a participação do Estado é previsto aporte de contrapartida, em recursos do FECOP, que varia conforme o valor do empreendimento.

No período 2012-2015 foram contratadas no PMCMV-PNHU/FAR (com aporte) 32.013 unidades e no período 2009-2014 no PMCMV-PNHU/FAR (sem aporte) 14.955 unidades.

No PMCMV-PNHU/FAR (com aporte) foram contratadas em 2015 um total de 1.992 unidades habitacionais em 2 municípios do Estado do Ceará – Caucaia, sendo 232 unidades no empreendimento Gregos/Atenas e Fortaleza, e 1.760 unidades no Empreendimento Luiz Gonzaga (Etapas A1/A2/B1/B2/C), que beneficiarão 8.267 pessoas.

Mapa 2. Municípios elegíveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FAR, com destaque para os que receberam unidades habitacionais, Secretaria das Cidades, 2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

A terceira modalidade, **PMCMV-PNHR**, direcionada a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual até R\$ 15 mil (quinze mil reais), prevê a construção ou reforma de unidades habitacionais executadas por intermédio de Entidades Organizadoras que apresentam projetos às instituições financeiras federais. Nessa modalidade poderão ser beneficiados todos os municípios, em suas áreas rurais.

No Ceará, a realidade das moradias rurais é preocupante. Ainda se encontram habitações insalubres e inseguras para seus moradores. São espaços exíguos, construídos em pau-a-pique/taipa, com cobertura de palha e piso de terra batida ou de terra solta que não oferecem segurança, privacidade e proteção adequada.

O objetivo do PNHR é reduzir o déficit habitacional rural, incentivando a manutenção da família no campo e oferecendo moradia digna por meio de reforma ou construção de moradias. Nesse último caso, pode tratar-se também de substituição de casas de taipa.

No PMCMV–PNHR o investimento da União por meio do OGU é de até R\$ 28,5 mil (vinte e oito mil e quinhentos reais) por cada unidade habitacional (edificação), até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social e até R\$ 600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme Portaria n.º 229, de 28/05/2012. O Estado do Ceará aporta até R\$ 3 mil (Três mil reais) por unidade, com recursos do FECOP.

Por intermédio das Entidades Organizadoras, os beneficiários precisam comprovar o seu enquadramento no Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF e o cumprimento das exigências do referido Programa. Nos projetos do PNHR o Trabalho Social é desenvolvido pela Entidade Organizadora proponente.

Em 2015, foram contratadas pelo PMCMV-PNHR 492 unidades habitacionais em 17 municípios, que irão beneficiar aproximadamente 2.042 pessoas.

Em síntese, foram contratadas nas modalidades PMCMV–PNHU/FAR (com aporte) e PMCMV–PNHR, em 2015, um total de 2.484 unidades habitacionais em 19 municípios do Estado, as quais irão beneficiar aproximadamente 10.309 pessoas. Nas modalidades PMCMV2-SUB50 e PMCMV-PNHU/FAR (sem aporte) não ocorreram contratações **(Tabela 2)**.

Tabela 2. Unidades Habitacionais Contratadas com Apoio do Governo do Estado do Ceará – Secretaria das Cidades no âmbito do PMCMV - FAR (com aporte) e PNHR, Ceará, 2015.

Modalidades	Municípios Apoiados	Unidades Contratadas
SUB 50	0	0
FAR (com aporte)	2	1.992
PNHR	17	492
Total PMCMV¹	19	2.484

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.

Nota: 1. Total de municípios beneficiados do PMCMV, sem repetição de municípios com mais de uma contratação.

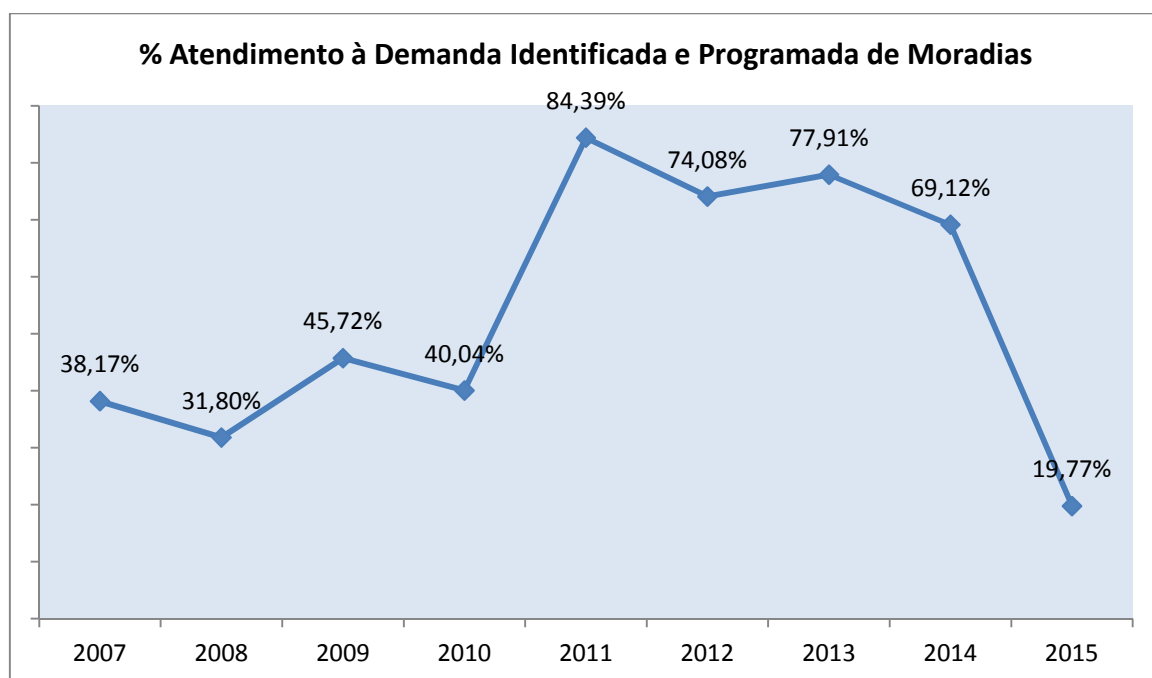
Não obstante os desafios que envolvem a produção de unidades habitacionais, registra-se no período 2007-2015 a entrega de 25.506 unidades (**Tabela 3**).

Tabela 3. Número de Unidades Habitacionais entregues por Programa/Projeto, Ceará, 2007-2015.

Programa / Projeto	Exercício									Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Operações Coletivas			1.313	1.101	453	1.012	668			4.547
Leilão Habitacional				22	610	376	613			1.621
FNHIS							79			79
Pro-Moradia	110	925	1.182							2.217
Projeto Rio Maranguapinho				336	684	1.605			612	3.237
PMCMV 1 - SUB50					1.495	2.052	449			3.996
PMCMV 2 - SUB50							146	934	585	1.665
PMCMV - PNHR							84	403	426	913
PMCMV-PNHU/FAR (com aporte)							752	1.812	1.968	4.532
Emergência (Defesa Civil)				491	611					1.102
Outros (RDS, PCF, Execução Direta)	1.301	129		167						1.597
Total	1.411	1.054	2.495	2.117	3.853	5.045	2.791	3.149	3.591	25.506

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Unidade de Gerenciamento do Projeto da Região Metropolitana de Fortaleza - UGP RMF.

Figura 2. Evolução do Indicador Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias, Ceará, 2007-2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Unidade de Gerenciamento do Projeto da Região Metropolitana de Fortaleza - UGP RMF.

No período 2008 a oscilação do indicador aconteceu em função da mudança da gestão governamental ocorrida no início de 2007, que refreou os investimentos no primeiro ano da gestão 2007-2010 e cancelou instrumentos celebrados.

Na produção de unidades habitacionais, o contingenciamento de gastos em um exercício, tem como conseqüências o atraso de cronograma de projetos em execução e a redução do número de instrumentos celebrados no ano. Essas causas impactam na quantidade de entrega de unidades no ano subsequente, uma vez que para a obtenção do produto unidade habitacional há que se cumprir o tempo necessário à execução da obra de construção, entre outros (fiscalizações, repasse de recursos, prestações de contas etc).

A evolução do indicador em 2009 refere-se à retomada dos investimentos, em virtude da produção do Projeto de Construção de Unidades Habitacionais em Fortaleza, que incluía os Projetos no âmbito do Pro-Moradia, da CAIXA, e dos Projetos de Construção de Unidades Habitacionais em parceria com os Municípios.

Em 2010 a piora deveu-se a frustração das entregas de empreendimentos no âmbito do Projeto Maranguapinho, provocado pela retenção dos recursos federais em decorrência da Operação Gárgula, da Polícia Federal. Também houve frustração, em 2010, no Projeto

de Construção de Unidades Habitacionais em Regime de Mutirão, iniciativa do Estado em parceria com as Prefeituras Municipais oriunda do Leilão Habitacional realizado em 2009. A desistência dos municípios e as dificuldades de mobilização da população beneficiária para o trabalho foram alguns dos fatores que prejudicaram o desempenho do indicador.

Em 2011 o crescimento do indicador foi impulsionado pelo Projeto de Construção de Unidades Habitacionais por meio PMCMV1-SUB50, pelas entregas do Projeto Rio Maranguapinho, do Projeto Leilão Habitacional e do Projeto de Construção de Unidades Habitacionais por meio do Programa Carta de Crédito - Operações Coletivas (Resolução 460) e Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, ambos da CAIXA, executado em parceria com Municípios e a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares – COOPERHAF.

Em 2012, o declínio do indicador foi decorrente da mobilização necessária às atividades de planejamento e elaboração dos normativos referentes ao processo de aporte de recursos ao PMCMV e do intenso trabalho de articulação junto às instituições financeiras federais e atores do setor da construção civil para viabilizar a operação do Programa.

Em 2013, o crescimento do indicador deveu-se as primeiras entregas do PMCMV-PNHU/FAR (com aporte), Operações Coletivas, Leilão Habitacional, PMCMV1-SUB50, PMCMV2-SUB50, PMCMV-PNHR e FNHIS.

Em 2014, os trâmites burocráticos junto às instituições financeiras, relativos ao pagamento de indenizações, foram um dos fatores que contribuíram para o nível de desempenho apresentado. Também foram enfrentadas dificuldades na operacionalização de contratos de financiamento junto ao PMCMV.

Em 2015, pode-se atribuir a queda do indicador principalmente pelo contingenciamento de recursos do Governo Federal para o PMCMV, que provocou atraso nos cronogramas de execução dos empreendimentos e, conseqüentemente, acarretará em atrasos nas entregas das unidades habitacionais.

Vale ressaltar que a reprogramação das metas do Programa 033 – Habitacional, na revisão 2013 do PPA 2012-2015, também contribuiu para o nível de desempenho do indicador, pois a reprogramação do ano de 2015 foi superestimada, pois considerava a expectativa da época, de aumento do número de entrega de unidades por meio do PMCMV.

Todos esses fatores influenciam no desempenho do indicador de resultado “Percentual de Atendimento a Demanda Identificada e Programada de Moradias”.

É importante alertar que a expectativa de aumento do número de entregas de unidades habitacionais por meio do PMCMV também norteou a elaboração do PPA 2016-2019, cujas quantidades e valores programados levaram em consideração a participação do Estado do Ceará nas contrapartidas das operações e não no papel de principal financiador da produção de habitação de interesse social.

Considerando-se a possibilidade de persistir o contingenciamento de recursos federais, a produção de habitação no Estado do Ceará poderá sofrer uma queda ainda maior, uma vez que apenas os recursos do tesouro não são suficientes para produzir unidades habitacionais em quantidades semelhantes ao PMCMV, o que ocasionará impacto no déficit de habitações no Estado.

Os desafios na área habitacional no PPA 2016-2019 estão relacionados a viabilização da entrega dos empreendimentos contratados e em execução do PMCMV e a aprovação de novas contratações junto ao Programa.

Destaca-se também a necessidade de fortalecer o modelo de gestão dos municípios no sentido de estruturar os órgãos competentes nas prefeituras para tratar a habitação de forma integrada as funções urbanismo e saneamento, e, ainda, o desafio de articular a participação popular por meio dos Conselhos Municipais das Cidades.

Por fim, os projetos de construção de unidades habitacionais são de lenta maturação e o desafio no combate ao déficit habitacional quantitativo é complexo e envolve outros componentes, além da unidade habitacional.

Requer um conjunto de elementos estruturais e integrados que se combinam e fornecem o suporte necessário à cidade, e que desafiam a Secretaria das Cidades à articulação para a sua viabilização (infraestrutura, saneamento ambiental, equipamentos para a prática de atividades de lazer e para a oferta de serviços públicos, transporte coletivo, entre outros).

1.2. Influência dos Produtos no Resultado Estratégico (2015)

O resultado estratégico “Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequada” recebe influência direta do produto Unidade Habitacional. A seguir é apresentado o desempenho desse produto em 2015 nos diversos projetos.

1.2.1. Produto Unidade Habitacional Entregue (2015)

Tabela 4. Unidades Habitacionais Entregues no âmbito do PMCMV 2 – SUB 50 e PMCMV - FAR (com aporte) e PMCMV-PNHR e Projeto Maranguapinho, Ceará, 2015.

Modalidades	Municípios beneficiados	Unidades Habitacionais Entregues
PMCMV-PNHU/FAR (com aporte)	03	1.968
PMCMV SUB-50	40	585
PMCMV-PNHR	15	426
Projeto Rio Maranguapinho Residencial Aldemir Martins –	01	612
TOTAL PMCMV¹	55	3.591

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social - CDHIS.
Nota: 1. Total de municípios beneficiados do PMCMV, eliminados os municípios repetidos.

1.2.1.1. Projetos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

Em 2015 foram entregues 2.979 unidades habitacionais em 55 municípios (**Tabela 4**), beneficiando aproximadamente 12.362 pessoas. As dificuldades enfrentadas nesta modalidade foram motivadas pela demora na operacionalização do contrato de financiamento do CPAC com o Banco do Brasil. As dificuldades enfrentadas neste Programa foram motivadas, ainda, em alguns momentos, pela suspensão pelo Ministério das Cidades de novas contratações.

Na modalidade PMCMV-SUB50 foram entregues em 2015, o total de 585 unidades habitacionais, distribuídas em 40 municípios do interior do Estado, conforme (**Mapa 1**), beneficiando aproximadamente 2.428 pessoas.

Na modalidade PMCMV–PNHU/FAR (com aporte) foram entregues em 2015, o total de 1.968 unidades habitacionais, distribuídas em 3 municípios do Estado –

Sobral, com 256 unidades; Fortaleza, com 768 unidades; e Caucaia, com 944 unidades (**Mapa 2**), beneficiando aproximadamente 8.167 pessoas.

Na modalidade PMCMV-PNHR, no ano de 2015 foram entregues 426 unidades habitacionais, em 15 municípios cearenses, beneficiando, aproximadamente, 1.768 pessoas.

Pelo PMCMV–PNHU/FAR (sem aporte) foram entregues em 2015 um total de 224 unidades no município de Caucaia, beneficiando aproximadamente 929 pessoas.

É importante salientar que somente são computadas as unidades concluídas/entregues quando se alcança 100% da prestação de contas pela instituição financeira contratante.

1.2.1.2. Projeto Maranguapinho

No Projeto Maranguapinho foram entregues no exercício 612 unidades habitacionais referentes ao Residencial Aldemir Martins, beneficiando aproximadamente 2.540 pessoas.

1.2.1.3. Projetos no âmbito das Operações Coletivas e PSH

Projeto concluído, sem perspectiva de novas contratações, uma vez que os recursos estão direcionados para o PMCMV.

1.2.1.4. Projeto em Parceria com Municípios em Regime de Mutirão - Leilão

Projeto concluído, sem perspectiva de novas contratações.

O Resultado Estratégico Expansão da Oferta de Moradias de Interesse Social Adequadas também é influenciado pelos produtos unidades sanitárias domiciliares (USD), fogões ecoeficientes e reformas em unidades habitacionais.

Os produtos Fogões Ecoeficientes e Reformas, assim como as Unidades Sanitárias Domiciliares, apesar de não possuírem indicadores que apontem a contribuição no sentido da expansão da oferta de moradias de interesse social adequadas são melhorias habitacionais, uma vez que contribuem no aspecto qualitativo da habitação e por isso são incluídos nessa análise.

1.2.2. Produto Unidades Sanitárias Domiciliares (2015)

Em 2015 não foi registrada execução física para o produto unidades sanitárias domiciliares. O Projeto que anteriormente era conhecido como kits sanitários havia sido suspenso em 2011 por determinação do Tribunal de Contas do Estado – TCE, pela necessidade de apuração de denúncias de irregularidades na execução de alguns projetos.

1.2.3. Produto Fogões Sustentáveis (2015)

O projeto Fogões Sustentáveis visa proteger a saúde da população beneficiada com a eliminação/redução de doenças respiratórias e oftalmológicas reduzindo o contato direto e indireto da fumaça no ambiente intradomiciliar; reduzir a contaminação das águas das cisternas, que eram captadas através dos telhados contaminados com resíduos da fumaça produzida pelos fogões rudimentares; reduzir o consumo de lenha no uso diário domiciliar usado para cocção de alimentos, e, por conseguinte, o processo de desertificação e degradação da caatinga; reduzir as despesas mensais com aquisição de combustíveis fósseis e biomassas, aumentando, assim, o poder de compra de alimentos da família beneficiada.

Em 2015, o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS aprovou recursos para a execução de 02 (dois) projetos para o fornecimento e instalação de 5.949 fogões com eficiência energética na ordem de R\$ 5.324.335,22.

A partir do segundo semestre de 2015 foram iniciadas as atividades para a execução do projeto, sendo formada a equipe para a realização das capacitações para o correto uso do fogão sustentável. A aquisição dos fogões sustentáveis foi iniciada em

novembro de 2015, motivo pelo qual só foi possível adquirir 1500 unidades dos fogões com eficiência energética.

No ano em análise só foi possível montar e entregar 273 fogões em 3 (três) municípios: Pentecoste (96), Mulungu (45), Ocara (132), beneficiando aproximadamente 1.133 pessoas.

1.2.4. Produto Unidade Habitacional Reformada (2015)

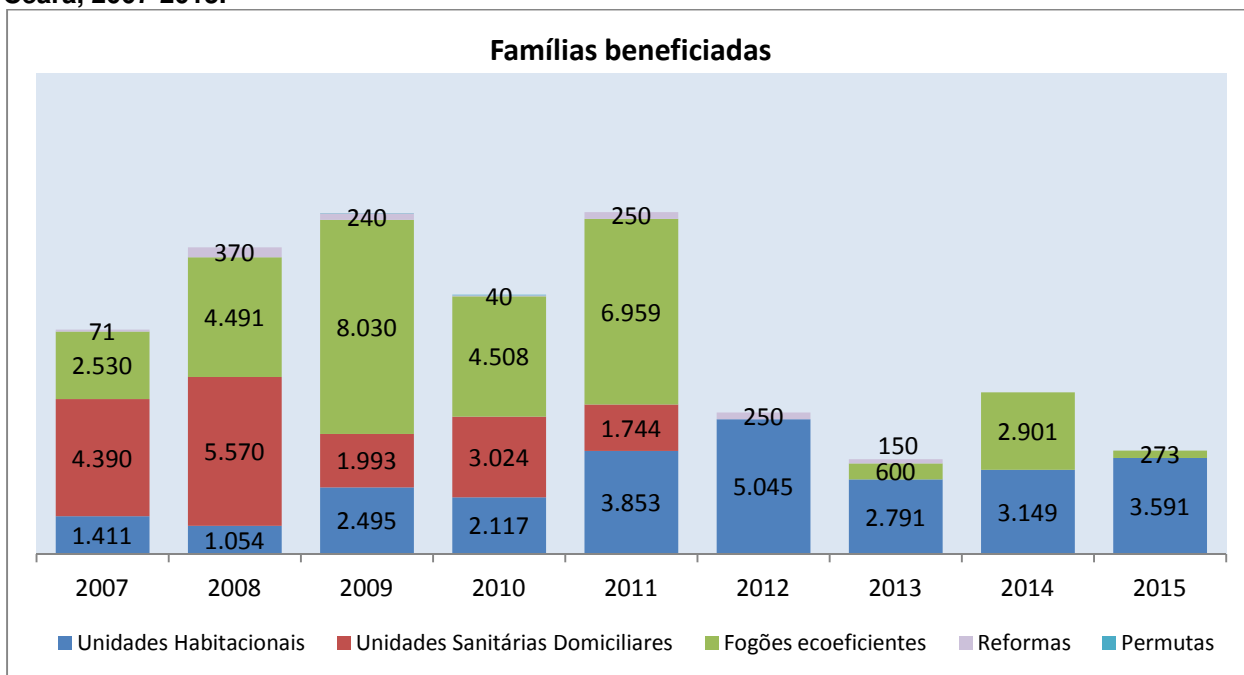
Mesmo com os esforços no sentido de realização deste projeto, e considerando as dificuldades apresentadas para realização do processo licitatório, o Município de Fortaleza não apresentou novo pedido de convênio.

Tabela 5. Famílias Beneficiadas com produtos de Habitação de Interesse Social Adequada, Ceará, 2007-2015.

Produto	Exercício									Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Unidades Habitacionais	1.411	1.054	2.495	2.117	3.853	5.045	2.791	3.149	3.591	25.506
Unidades Sanitárias Domiciliares	4.390	5.570	1.993	3.024	1.744	0	0	0	0	16.721
Fogões Ecoeficientes	2.530	4.491	8.030	4.508	6.959	0	600	2.901	273	30.292
Reformas	71	370	240	40	250	250	150	0	0	1.371
Permutas	-	-	11	27	0	0	0	0	0	38
Total	8.402	11.485	12.769	9.716	12.806	5.295	3.541	6.050	3.864	73.928

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Unidade de Gerenciamento do Projeto da Região Metropolitana de Fortaleza - UGP RMF.

Figura 3. Famílias Beneficiadas com produtos de Habitação de Interesse Social Adequada, Ceará, 2007-2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS e Unidade de Gerenciamento do Projeto da Região Metropolitana de Fortaleza - UGP RMF.

Ainda na busca por bons resultados, destaca-se a relevância do trabalho social como um importante instrumento para a sustentabilidade dos investimentos, com destaque para:

- Acompanhamento da execução do Trabalho Social junto a 25 municípios do PMCMV2-SUB50.
- Elaboração de Projeto de Trabalho Social – PTS do Empreendimento Independência II, no município de Fortaleza, bairro Granja Lisboa.
- Elaboração de Projeto de Trabalho Social – PTS do Empreendimento Cidade Jardim Módulo I, no município de Fortaleza, bairro José Walter.
- Elaboração de Projeto de Trabalho Social – PTS do Empreendimento, José Lino da Silveira II e III no município de Caucaia, bairro Jurema.
- Apoio da equipe técnica social junto ao agente financeiro CAIXA no sorteio de 1.552 UH dos empreendimentos José Lino da Silveira II e III e Cidade Jardim Modulo II e assinatura de contrato pelas famílias.
- Entrevista com 600 famílias para preenchimento de cadastros socioeconômicos.
- Realização de Oficinas para mobilização social e organização das comunidades com 1.552 famílias objetivando a preparação para o recebimento das unidades habitacionais, abordando dentre outras práticas necessárias ao bom convívio, o regimento interno dos Empreendimentos.

Além disso, foram realizadas visitas sociais domiciliares, intermediadas por lideranças comunitárias, objetivando a aplicação dos cadastros habitacionais do Estado pelos técnicos sociais; visitas Institucionais; realização de estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais e reuniões técnicas.

2. RESULTADO 2 – AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Tabela 6. Indicadores do Resultado Estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário, Ceará, 2007-2015.

Indicador	Exercício								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
% População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água	97,80%	97,66%	97,94%	98,29%	98,43%	98,48%	98,56%	98,59%	98,64%
% População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água	96,14%	96,40%	96,66%	96,98%	97,07%	97,27%	97,43%	97,63%	97,77%
% População de Fortaleza beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário	50,56%	51,43%	52,21%	53,60%	53,45%	53,71%	54,74%	54,77%	57,10%
% População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário	19,56%	20,42%	21,18%	22,78%	22,84%	24,28%	25,04%	25,51%	26,20%

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

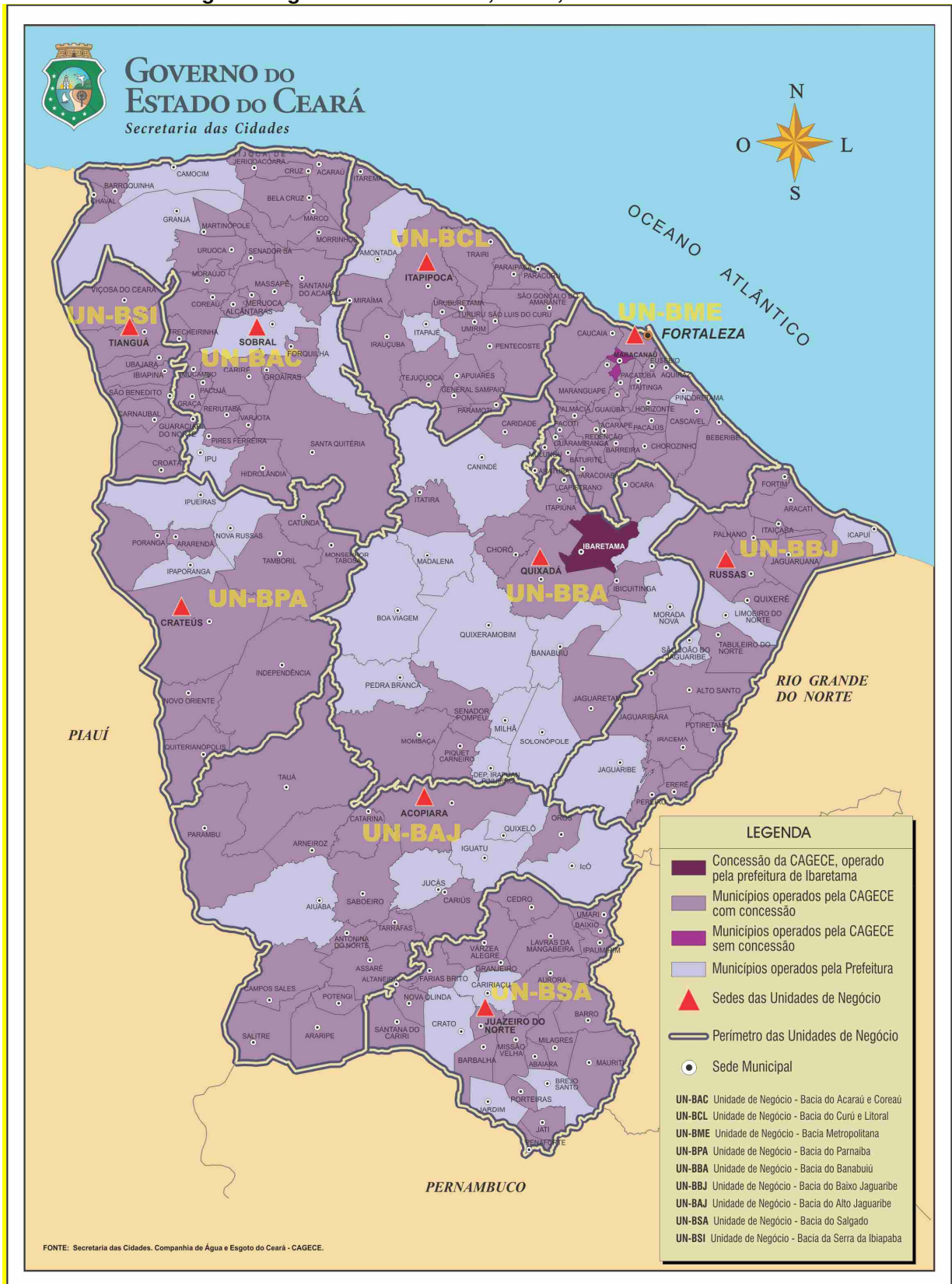
O resultado estratégico Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e de Esgotamento Sanitário é medido por quatro indicadores: % População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água; % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água; % População de Fortaleza beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário; e % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário.

Esses indicadores representam o esforço do trabalho realizado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, por meio do Programa 032 – Saneamento Ambiental, que inclui recursos do Estado, de programas de investimento e recursos próprios da Companhia.

No período analisado (2007-2015), a Cagece passou de 149 para 150 concessões **(Mapa 3)**.

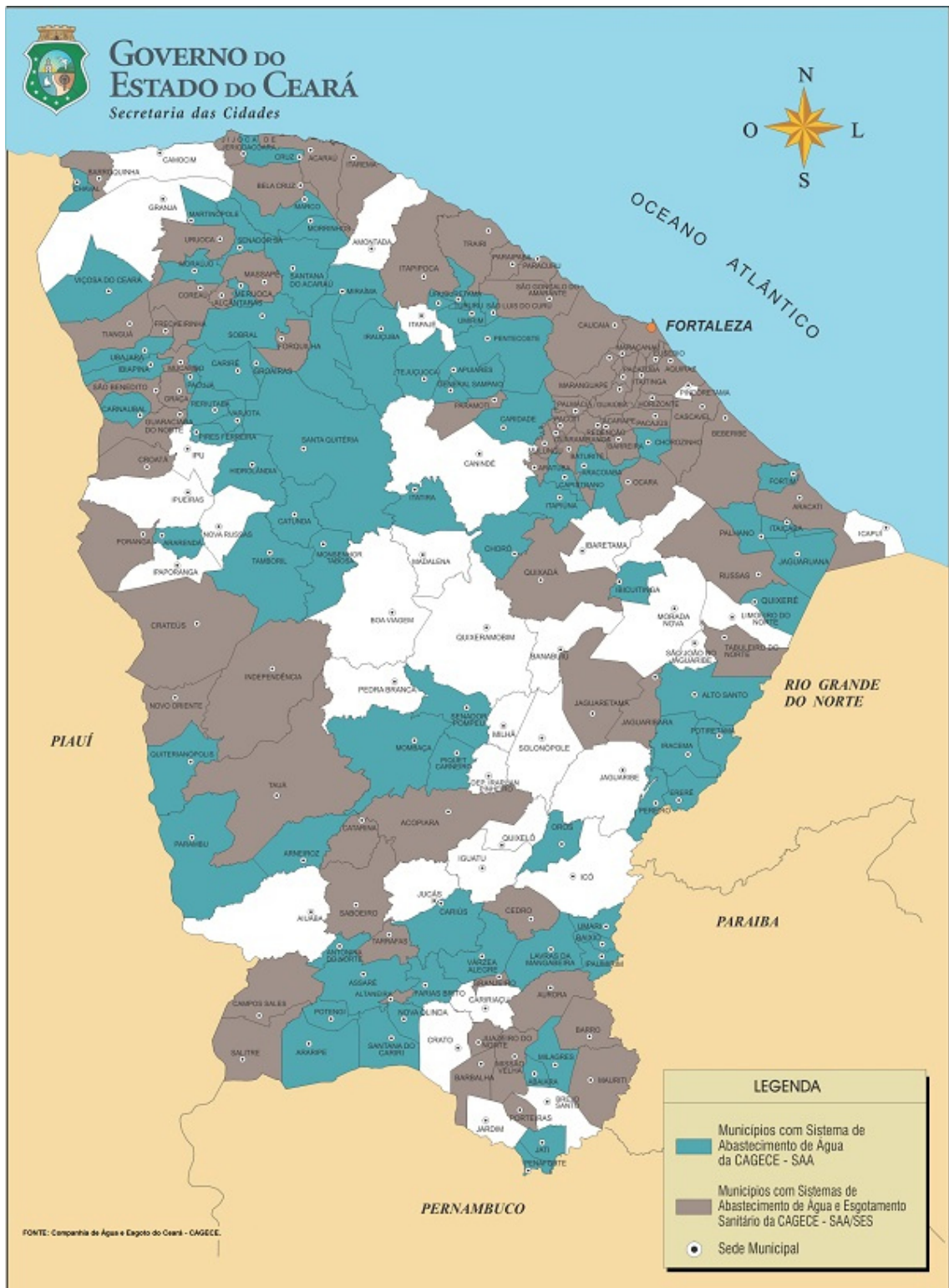
Registre-se que em 2015, a Companhia operou os serviços de abastecimento de água em 151 municípios e serviços de esgotamento sanitário em 73 municípios **(Mapa 4)**.

Mapa 3. Situação dos municípios quanto à concessão e operação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Ceará, 2015.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

Mapa 4. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário operados pela Cagece, Ceará, 2015.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

2.1. Análise do Indicador de Resultado: % População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2015)

O indicador % População de Fortaleza beneficiada com Rede de Distribuição de Água - RDA¹ se refere ao percentual da população em Fortaleza residente na área onde há rede de distribuição do Sistema de Abastecimento de Água - SAA operado exclusivamente pela Cagece. Também é conhecido como Índice de Cobertura de Água - ICA.

As ações realizadas no período 2007-2015 incluíram 223.859 consumidores cobertos, residentes em localidades servidas por sistemas de abastecimento de água, situados em logradouros providos de redes de distribuição de água, cujas ligações encontram-se nas situações de ativo, inativo ou factível².

É importante ressaltar que o cálculo dos consumidores cobertos considera o crescimento populacional de Fortaleza, estimado pelo IBGE em 1,34% ao ano.

O indicador é efetivo na explicação da cobertura da população de Fortaleza com rede de distribuição de água. Sua evolução demonstra-se satisfatória em função da cobertura ser elevada, mantendo-se próxima à universalização do serviço.

Os principais investimentos do período em análise (2007-2015) são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no qual destacam-se as obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza nos bairros Barroso, Mata Galinha, Castelão, Dias Macêdo, Aerolândia, Alto da Balança, e São João do Tauape, bem como a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza - Setor Messejana. Foi iniciada ainda a construção de um novo centro de reservação – Taquarão que beneficiará Fortaleza e outras cidades da RMF.

No âmbito do Programa Saneamento para Todos destaca-se a Ampliação do Macrossistema de Fortaleza nos bairros Parque São José, Manoel Sátiro e Vila Peri. E no Programa Saneamento para Todos II, ressalta-se a Obra de Construção da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste da RMF – ETA Oeste.

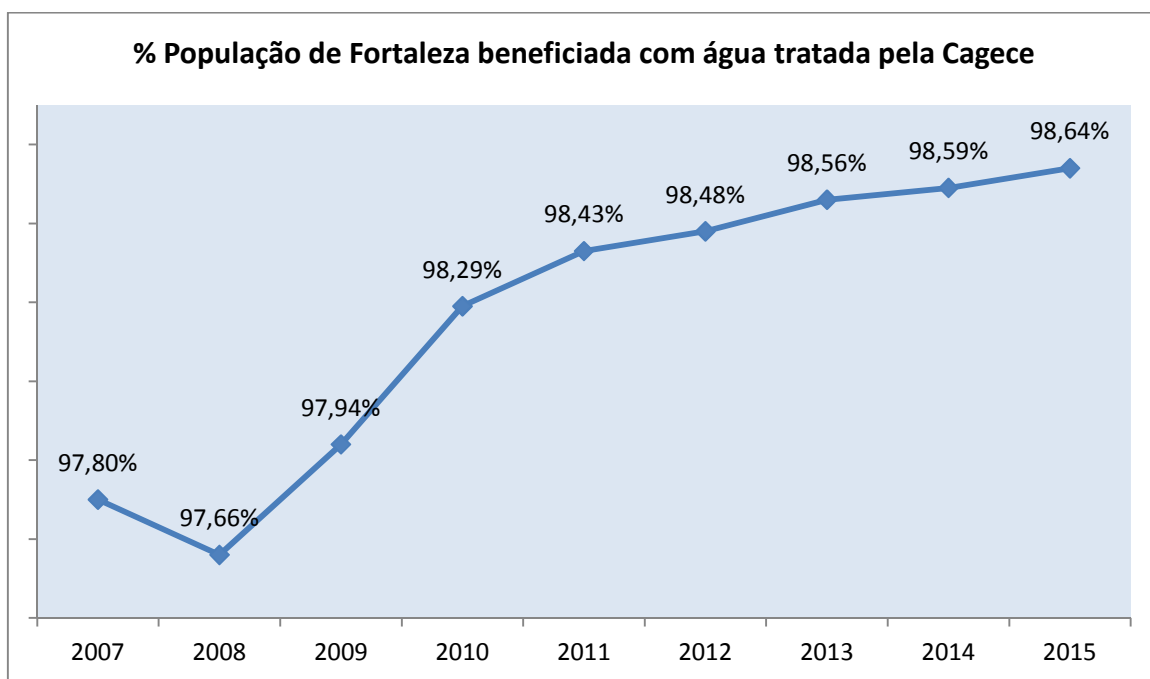
¹ Rede de Distribuição é um conjunto de tubulações e de suas partes acessórias destinada a colocar a água a ser distribuída à disposição dos consumidores, de forma contínua e em pontos tão próximos quanto possível de suas necessidades.

² **Ativo:** ligação predial conectada a RDA utilizando SAA ou SES. **Inativo:** ligação conectada a RDA que por motivo de inadimplência, solicitação ou infração, o consumidor não utiliza o SAA. **Factível:** ligação de uma localidade servida por SAA situada em logradouro provido de RDA com imóvel não interligado à rede.

O município de Fortaleza é provido de água tratada por meio de duas Estações de Tratamento de Água, a Estação de Tratamento de Água do Gavião (ETA Gavião), que também atende aos municípios de Caucaia, Eusébio, Maracanaú, distrito de Pedras (Itaitinga), Pacatuba, distrito de Pavuna (Pacatuba) e Maranguape, e pela Estação de Tratamento de Água Oeste (ETA Oeste), que também atende ao município de Caucaia.

Do total de água tratada em 2015 pela ETA do Gavião e pela ETA Oeste, cerca de 80,46% do volume produzido comercialmente, correspondente a 200 milhões de metros cúbicos de água, foi destinado ao município de Fortaleza.

Figura 4. Evolução do Indicador % População Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Fortaleza–Ce, 2007-2015.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

2.2. Análise do Indicador de Resultado: % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água (2007-2015)

O indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede de Distribuição de Água se refere ao percentual da população beneficiada pelo abastecimento de água em relação à população que reside nas áreas urbanas de 150 municípios do interior, nos quais a Cagece opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, especificamente, na extensão dessas áreas urbanas onde há rede de distribuição.

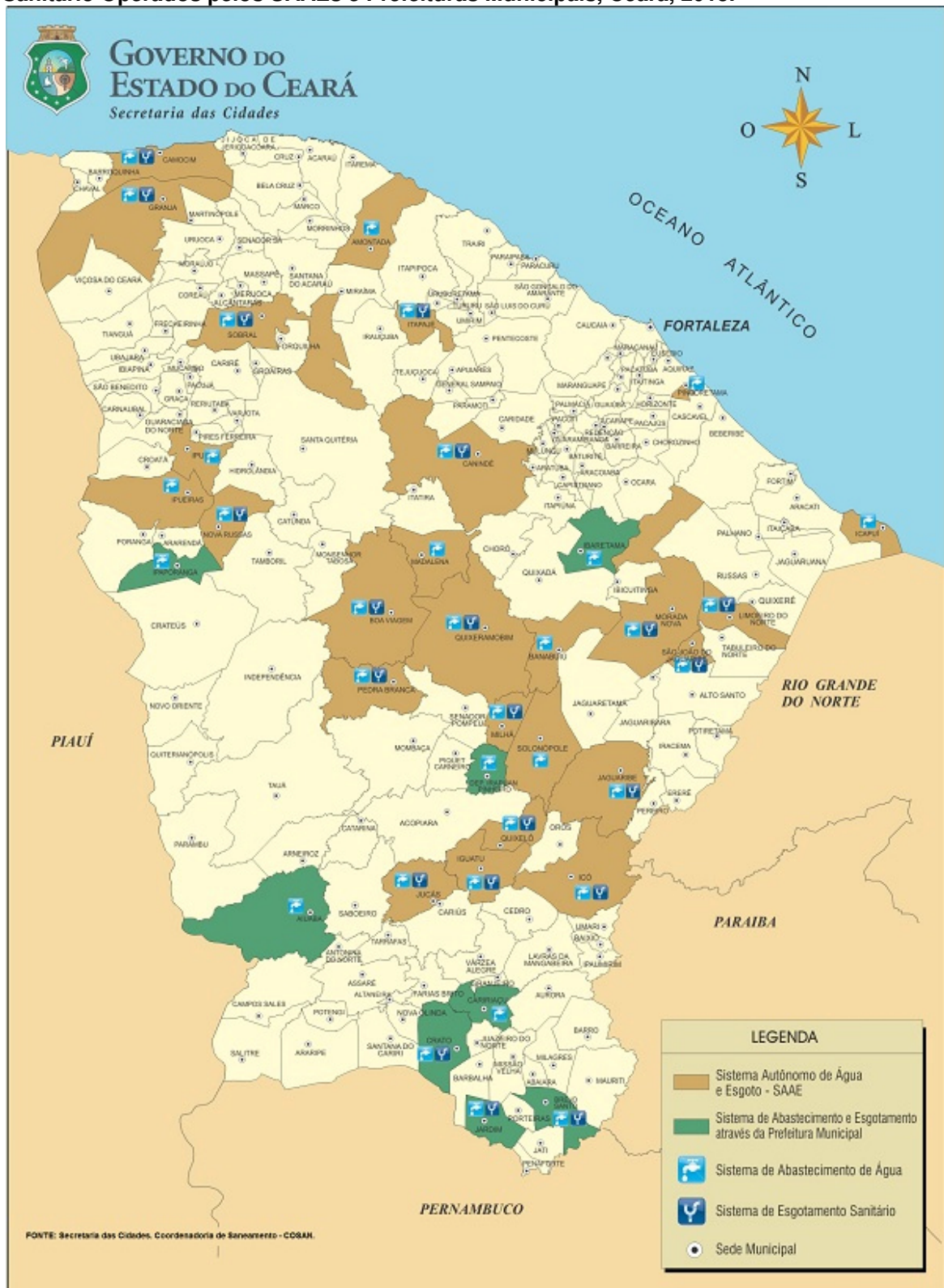
Desses 150 municípios estão incluídos Maracanaú, onde a Cagece não possui a concessão do município, mas está operando os sistemas no município inteiro e Sobral onde a Cagece também não tem a concessão do município, mas opera em áreas urbanas de 3 distritos do município.

O indicador não é efetivo na explicação da cobertura da população do Interior (CE exceto Fortaleza) com rede de distribuição de água, uma vez que a Companhia não atua em todos os municípios do Interior, pois 8 municípios são atendidos pelas próprias Prefeituras Municipais e 26 são atendidos por SAAE (**Mapa 5**), e também que a Companhia não oferta o serviço em toda a extensão da área urbana dos municípios onde é concessionária dos serviços de abastecimento de água.

No período analisado (2007-2015), observou-se um incremento de 53 localidades, passando de 250 localidades (em 2007) para 303 localidades (em 2015). As ações realizadas incluíram 618.491 consumidores cobertos.

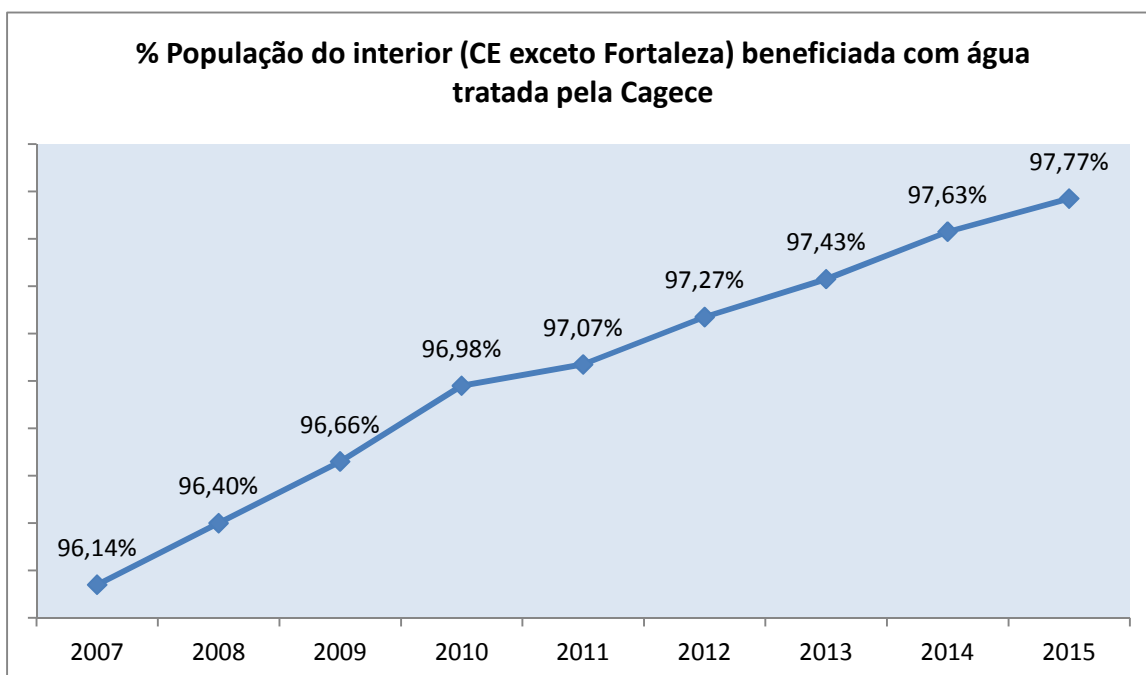
Os principais investimentos do período em análise são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC FGTS – 50 a 150 mil habitantes, com destaque para o Projeto de Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Tianguá; Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Russas; Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Crateús, Ampliação do Sistema de Abastecimento de Tauá, Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água de Itapipoca e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Umari.

Mapa 5. Municípios com Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Esgotamento Sanitário Operados pelos SAAEs e Prefeituras Municipais, Ceará, 2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

Figura 5. Evolução do Indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água, Ceará, 2007-2015.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece.

2.3. Influência do Produto no Resultado Estratégico (2015)

Os Resultados Estratégicos “% População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Distribuição de Água” e “% População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede de Distribuição de Água” refletem as ações da Cagece no sentido da implantação e ampliação das redes de distribuição de água em áreas urbanas, que torna o serviço disponível para a população. Nesse contexto, analisa-se o produto “ligação domiciliar de água realizada”.

Quanto à efetividade da utilização do serviço pelos consumidores, analisa-se a “ligação domiciliar de água efetivada”.

2.3.1. Produto Ligação Domiciliar de Água Realizada (2015)

O produto ligação domiciliar de água realizada se refere às ligações disponibilizadas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece por meio da expansão das redes de distribuição, nas áreas urbanas dos 151 municípios do Estado onde a Companhia operou esse serviço público em 2015, especificamente na extensão dessas áreas urbanas onde há rede de distribuição.

O desempenho desse produto é medido pelo indicador número de ligações domiciliares de água realizadas.

No ano de 2015 as ações desenvolvidas pela Cagece incrementaram 68.084 ligações de água no Estado, incluindo as ligações domiciliares, industriais, de casas de veraneio, terrenos entre outros. Destas, 24.381 para Fortaleza e 43.703 para o Interior (CE exceto Fortaleza), realizando 108,5% da meta programada de 62.746 ligações. Foram beneficiados aproximadamente 70.672 habitantes no Estado³.

Destacou-se, em 2015, o incremento das ligações realizadas nos municípios de Fortaleza (24.381 ligações), Caucaia (3.145 ligações), Juazeiro do Norte (2.839 ligações) e Horizonte (1.691 ligações).

Os principais fatores que influenciaram no desempenho do produto foram a execução de obras realizadas no âmbito do PAC, a realização de programas em parceria com prefeituras municipais, as ligações realizadas rotineiramente pelas unidades de negócio e ao processo contínuo de atualização cadastral dos sistemas da Companhia.

As ligações realizadas rotineiramente pelas unidades de negócio com recursos próprios representam um valor expressivo no número total de ligações realizadas que não são contabilizadas no processo de definição das metas, tendo em vista que estas se baseiam nos programas de investimento.

Ligação Domiciliar de Água Efetivada (2015)

A ligação domiciliar de água efetivada se refere às ligações ativas e com faturamento regular entre os domicílios e a rede de distribuição de água da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, em áreas urbanas dos 151 municípios do Estado nos quais a empresa operou esse serviço público, em 2015, especificamente, na extensão dessas áreas urbanas onde existe rede de distribuição. Trata-se de um índice de grande importância para a política pública do Saneamento Básico, pois permite ao Estado avaliar a efetividade de seu investimento. Apesar de contribuir para o resultado Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário, não contribui para o indicador, não sendo, portanto, num produto.

³ São contabilizadas para cálculo de população beneficiada apenas as ligações residenciais/domiciliares.

No ano de 2015 foram efetivadas 45.907 ligações de água – 17.239 para Fortaleza e 28.668 para o Interior (CE exceto Fortaleza), realizando 70,4% da meta programada de 65.206. Foram beneficiados aproximadamente 35.265 habitantes no Estado.

Destacou-se, em 2015, o incremento das ligações efetivadas nos municípios de Fortaleza (17.239 ligações), Juazeiro do Norte (3.070 ligações), Caucaia (2.348 ligações) e Horizonte (1.811 ligações).

Um fator que influenciou de forma positiva no desempenho do produto foi a forte demanda proveniente dos imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, porém o colapso dos sistemas ocasionados pela longa estiagem contribuiu negativamente para um desempenho inferior ao esperado.

2.4. Análise do Indicador de Resultado: % População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2015)

O indicador % População de Fortaleza Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário se refere ao percentual da população em Fortaleza residente na área onde há Rede Coletora de Esgoto – RCE⁴ do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES operado exclusivamente pela Cagece. Também é conhecido como Índice de Cobertura de Esgoto - ICE.

As ações realizadas em Fortaleza no período 2007-2015 incluíram 306.930 consumidores cobertos, residentes em localidades urbanas servidas por Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES, situados em logradouro provido de Rede Coletora de Esgoto - RCE, cuja ligação encontra-se nas situações de ativo, inativo ou factível.

Os principais investimentos do período em análise (2007-2015) são oriundos do Programa SANEAR II, com destaque para as obras de Implantação do Macro Sistema do SES em Fortaleza (Cocó/Interceptor).

No Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, destacam-se as obras, em Fortaleza, referentes à Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Esquerda (CE-4), a Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Direita (CD-3), Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem

⁴ Rede Coletora: conjunto de condutos e órgãos acessórios destinados à coleta e remoção dos despejos gerados nas edificações, através dos coletores ou ramais prediais

Esquerda (CE-6), Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-8) e a Ampliação do SES da Bacia Cocó Margem Esquerda (CE-5).

No Programa PAC Orçamento Geral da União - OGU/SANEAR II destacaram-se para as obras referentes à Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Esquerda (SE-2), a Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-6) e a Ampliação do SES da Bacia do Rio Siqueira Margem Direita (SD-7), também em Fortaleza.

Por fim, através de convênio com o Governo Estadual, foi concluída a obra de Recuperação do Interceptor Oeste de Fortaleza.

Nesse sentido, a Companhia desenvolveu no período em análise (2007-2015) em Fortaleza campanhas de educação sanitária para sensibilizar a população a adesão ao serviço, envolvendo 174.258 pessoas no período (2007-2015).

Ressalta-se que existem leis que obrigam a adesão ao serviço de esgotamento sanitário em Fortaleza:

- Código de Postura do Município - CPM – Fortaleza - LEI Nº 5530, de 17 de dezembro 1981 – Dispõe sobre o Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza e dá outras providências
Art. 648 – Nas vias onde existir rede pública de esgotos sanitários, todas as edificações deverão obrigatoriamente lançar seus dejetos na rede pública.
- ARFOR - RESOLUÇÃO 02/2006 - Estabelece as condições gerais na prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário do Município de Fortaleza.
Art. 4º – O pedido de ligação de água caracteriza-se por um ato voluntário do interessado, no qual ele solicita o abastecimento de água ao Prestador de Serviços, e a ligação de esgoto é um ato obrigatório, devendo obedecer ao disposto no Código de Obras e Postura do Município de Fortaleza.

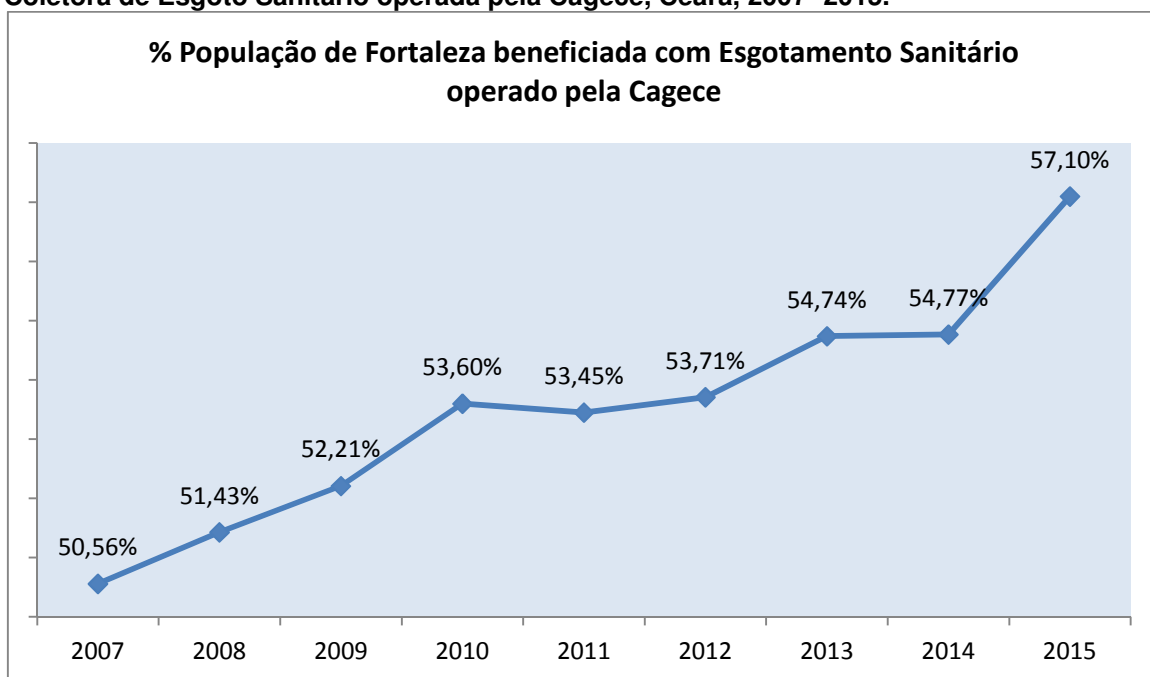
Além disso, o Governador do Estado do Ceará entregou no dia 15 de Março um conjunto de Projetos de Lei para a Assembleia Legislativa, no qual um deles, o Projeto de Lei Complementar 02/2016, institui a obrigatoriedade da ligação às redes de água e esgoto em todo o estado e autoriza o órgão ambiental competente a aplicar multa por crime ambiental àqueles que são beneficiados pela rede, possuem condições técnicas de

realizar a ligação domiciliar e intradomiciliar, mas não a realizam.

O Projeto de Lei da Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário é produto de um Acordo de Cooperação Técnica entre a SCIDADES, o Ministério Público, a ARCE, a Cagece, a SEMA e a SRH, entre outros. Em 10 de abril de 2015, no Ministério Público, o Governador e o Secretário das Cidades lançaram consulta pública. Esta ficou aberta até o dia 10 de maio de 2015 e recebeu 218 contribuições de 19 entidades de todo o estado e várias pessoas físicas. As contribuições foram analisadas e, quando possível, incorporadas ao anteprojeto de lei.

Em busca de alertar a população de Fortaleza quanto a necessidade de realizar a interligação do esgoto à rede pública em 2015 a Cagece, em parceria com o Ministério Público, enviou um documento denominado “Carta Fortaleza” aos imóveis que não estavam interligados.

Figura 6. Evolução do Indicador % População de Fortaleza Beneficiada com Rede de Coletora de Esgoto Sanitário operada pela Cagece, Ceará, 2007- 2015.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

2.5. Análise do Indicador de Resultado: % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário (2007-2015)

O indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário se refere ao percentual da população beneficiada com

esgotamento sanitário em relação à população que reside nas áreas urbanas de 150 municípios do interior, nos quais a Cagece opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Ressalte-se que desses 150 municípios do interior somente 72 possuem rede coletora de esgoto sanitário.

O indicador não é efetivo na explicação da cobertura da população do Interior (CE exceto Fortaleza) com rede coletora de esgoto sanitário, uma vez que a Companhia não atua em todos os municípios do Interior (Mapa 4), não possui rede coletora de esgoto sanitário em todos os municípios onde detém concessão, e não atua em toda a extensão da área urbana onde é concessionária dos serviços de esgotamento sanitário.

O Governo do Estado anualmente une-se a prefeitura para coletar as informações complementares junto às prefeituras, mas a falta de uma metodologia única para todo o estado e da obrigatoriedade do repasse das informações dificulta este processo. Visando solucionar esse problema, o Projeto de Lei Complementar 002/2016 supracitado instituiu um Sistema de Informações em Saneamento, cujo desenvolvimento foi iniciado pelos técnicos da Secretaria das Cidades com apoio da ARCE, CAGECE e SEMA.

No período 2007-2015 observou-se um incremento de 22 localidades, passando de 63 localidades em 2007 para 85 localidades em 2015. As ações realizadas no período possibilitaram a inclusão de 315.653 consumidores cobertos.

Os principais investimentos no Interior, no período em análise (2007-2015) são oriundos do Programa PAC OGU/ SANEAR II, com destaque para a obra de Implantação do SES em Maranguape; do Programa PAC MC/SANEAR II, com as obras de Implantação do SES em Quixadá, da Implantação do SES em Crateús e da Implantação do SES em Aracati; do Programa SANEAR II, com destaque para a obra de Ampliação do SES de Maranguape; e do Programa PAC 50 a 150 mil habitantes – Ministério das Cidades, com a obra de Ampliação do SES de Tianguá, na localidade de Palmeira Comprida.

Além dos programas acima descritos, são destacadas ações no sentido da ampliação da cobertura com esgotamento sanitário do Interior, a exemplo das obras do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2, com destaque para a Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede de Horizonte – 2ª etapa; Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Itaitinga; Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Viçosa do Ceará; Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tauá – 2ª e 3ª

Etapas; e do Programa KFW II, com a Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Comunidades Rurais.

Considerando que a decisão de ligar o domicílio a rede de esgotamento sanitário é de cada cidadão, uma parte significativa da população ainda opta por soluções individuais, tais como o uso de fossas sépticas ou outras formas de despejo dos dejetos, ou por desconhecimento das vantagens individuais e coletivas de adesão ao serviço ou por não possuir renda para pagamento das tarifas cobradas.

Nesse sentido, a Companhia desenvolveu no período em análise (2007-2015) no Interior do Estado, campanhas de educação sanitária para sensibilizar a população a adesão ao serviço, envolvendo 80.734 pessoas nesse período (2007-2015).

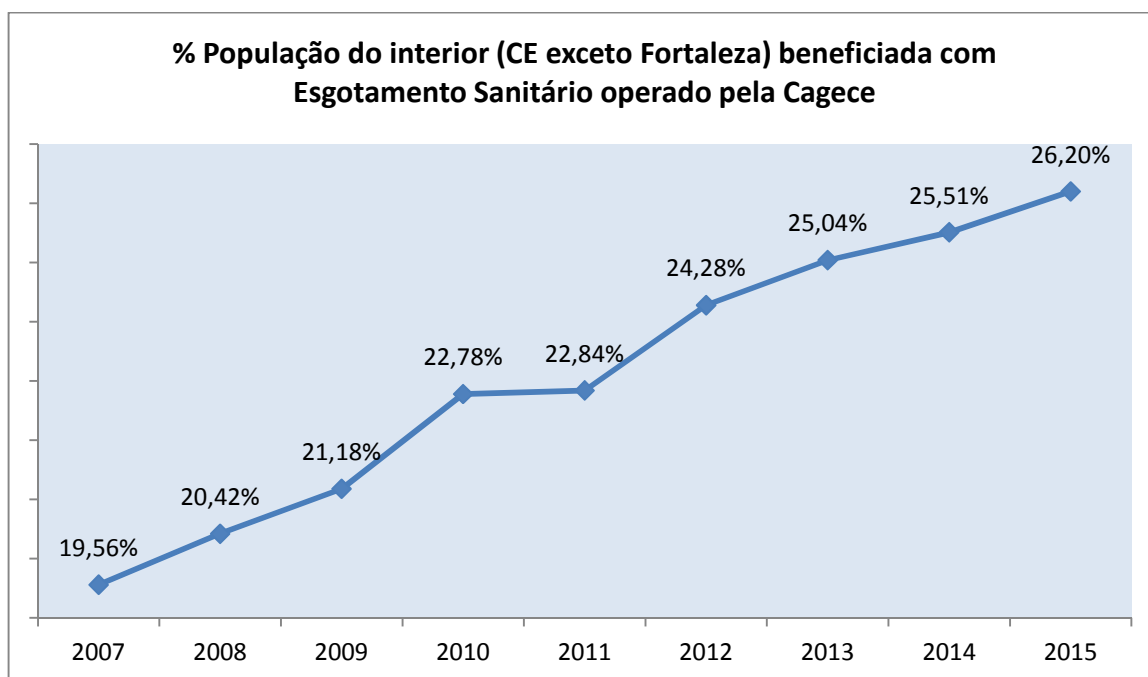
Em busca de sensibilizar a população do Cariri para a importância do sistema de esgotamento sanitário, essa região foi escolhida como foco de um movimento denominado Carta Cariri.

Esse movimento é uma iniciativa conjunta do Governo do Estado, Cagece, Ministério Público do Ceará, Prefeituras, Arce, Cogeh, Instituto Federal do Ceará (campus Juazeiro do Norte) e Instituto Trata Brasil.

Constatou-se que existe uma resistência da população em utilizar a rede, devido ao desconhecimento das consequências advindas da poluição ao meio ambiente, especialmente quanto ao manancial subterrâneo que abastece a região.

Nesse sentido, além da entrega da carta, foram previstos projetos de educação ambiental com crianças e jovens e apresentações sobre o programa.

Figura 7. Evolução do Indicador % População do Interior (CE exceto Fortaleza) Beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário operada pela Cagece, Ceará, 2007-2015.



Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece.

2.6. Influência do Produto no Resultado Estratégico (2015)

Os Resultados Estratégicos % População de Fortaleza beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário e % População do Interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com Rede Coletora de Esgoto Sanitário refletem as ações da Companhia no sentido da implantação e expansão das redes coletoras de esgoto em áreas urbanas, que torna o serviço disponível para a população. Nesse contexto, analisa-se o produto ligação domiciliar de esgoto realizada.

2.6.1. Produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada (2015)

O produto ligação domiciliar de esgoto realizada se refere às ligações disponibilizadas pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece por meio da implantação e expansão das redes coletoras de esgoto sanitário, em áreas urbanas dos 73 municípios onde a empresa operou esse serviço público, em 2015, e, especificamente, na extensão dessas áreas urbanas onde há presença de rede coletora.

O desempenho desse produto é medido pelo indicador número de ligações domiciliares de esgoto realizadas.

No exercício de 2015 as ações desenvolvidas pela Cagece possibilitaram um incremento de 49.790 ligações domiciliares de esgoto – 35.816 em Fortaleza e 13.974 ligações no Interior (CE exceto Fortaleza), executando 89,52% da meta de 55.619 ligações programadas para o ano de 2015 que eram de 39.271 em Fortaleza e 16.348 ligações no Interior. Foram beneficiados aproximadamente 100.085 habitantes no Estado do Ceará.

Os principais fatores que influenciaram no desempenho do produto Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada em 2015 foram a execução de obras no âmbito do PAC e do SANEAR II, a realização do Programa Parceria com prefeituras municipais e ao processo contínuo de atualização cadastral dos sistemas da Companhia.

Destacou-se, em 2015, o incremento das ligações realizadas nos municípios de Fortaleza (35.816 ligações), Maranguape (9.300 ligações) e São Gonçalo do Amarante (433 ligações).

Ligação Domiciliar de Esgoto Efetivada (2015)

A ligação domiciliar de esgoto efetivada se refere às ligações ativas e com faturamento regular, entre os domicílios e a rede coletora da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece nas áreas urbanas dos 73 municípios onde a empresa operou esse serviço público, em 2015, e, especificamente, na extensão dessas áreas urbanas onde há rede coletora.

Trata-se de um índice de grande importância para a política pública do Saneamento Básico, pois permite ao Estado avaliar a efetividade de seu investimento. Apesar de contribuir para o resultado Ampliação dos Serviços de Distribuição de Água e Esgotamento Sanitário não contribui para o indicador, não sendo, portanto, um produto.

Em 2015 foram efetivadas 33.290 ligações de esgoto – 25.398 para Fortaleza e 7.892 para o Interior (CE exceto Fortaleza), realizando 141,21% da meta de 23.575 ligações programadas. Foram beneficiados aproximadamente 62.196 habitantes.

Destaca-se o incremento das ligações efetivadas nos municípios de Fortaleza (25.398 ligações), Maranguape (1.336 ligações) e Juazeiro do Norte (1.385 ligações). O principal fator que influenciou no desempenho do produto Ligação Domiciliar de

Esgoto Efetivada foram as obras entregues de Ampliação do SES de Maranguape e Ampliação do SES de Fortaleza – Sub-bacias SE-2 e SD-6.

2.7. Cobertura de Água da População Total (Urbana + Rural) do Estado do Ceará e Cobertura de Esgoto da População Total (Urbana + Rural) do Estado do Ceará

Em 2015, a Secretaria das Cidades registra, com base nas informações fornecidas pela Cagece, Prefeituras Municipais e Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAEs e do Sistema Nacional de Informações em Saneamento, um índice de cobertura de água de 78,84% da população total (urbana + rural), que beneficiou 6.721.995 habitantes naquele exercício, e um índice de cobertura de esgoto de 30,38% da população total (urbana + rural) do Estado do Ceará, que beneficiou 2.182.464 habitantes.

3. RESULTADO 3 – MELHORIA DA ESTRUTURA URBANA DE CIDADES E REGIÕES

Tabela 7. Indicadores do Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões, Ceará, 2007-2015.

Indicador	Exercício								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana	0	70	68	113	96	74	71	62	50
População urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos	95,0%	96,2%	94,4%	94,4%	96,3%	91,4%	92,7%	88,9%	88,8%
População urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos	5,9%	6,1%	6,4%	6,4%	6,9%	6,1%	7,2%	6,3%	6,7%

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb, Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará / Cariri Central – UGP I, Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento dos Polos Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú – UGP II e Coordenadoria de Saneamento - Cosan.

O resultado estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões é medido por meio de três indicadores: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana; População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos e População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos.

O primeiro indicador refere-se às ações do Programa Desenvolvimento Urbano (PPA 2012-2015) que tratam da execução de obras urbanas de iniciativa das Prefeituras e do Governo do Estado, bem como a ações do Programa Desenvolvimento Regional (PPA 2012-2015) relacionadas ao Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará/Cariri Central e do Programa de Desenvolvimento Urbano dos Polos Regionais Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú, voltadas para a melhoria da infraestrutura urbana dos municípios daquelas regiões.

Os dois indicadores seguintes referem-se à ação de expansão e modernização da infraestrutura para destinação final adequada de resíduos sólidos, executada por meio do Programa Saneamento Ambiental (PPA 2012-2015).

3.1. Estruturação Urbana

3.1.1. Análise do Indicador de Resultado: Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana (2007-2015)

O indicador “Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana” se refere ao número de municípios do Estado do Ceará beneficiados, no ano, com a conclusão de obras urbanas por meio da requalificação/recuperação dos espaços urbanos, bem como a execução de obras para melhoria da infraestrutura urbana dos municípios cearenses.

O indicador não é efetivo na explicação do resultado Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões. O conceito de estruturas urbanas é bem mais amplo e extrapola a competência da Secretaria das Cidades. Estruturas urbanas incluem conjunto de edificações, a malha viária, as redes e equipamentos de infraestrutura e os serviços urbanos e sociais de uma cidade.

A estrutura urbana está em permanente alteração, pela necessidade de adaptação às constantes mudanças. Também está sujeita ao processo de obsolescência por força do desgaste das estruturas físicas que a compõem, pela depredação dos espaços públicos em decorrência de atos de vandalismo, bem como pela renovação com a produção e substituição de elementos no espaço urbano.

Nesse contexto, o planejamento urbano que foca na organização e no desenho de assentamentos humanos é essencial para melhorar a estrutura urbana das cidades. E, os Planos Diretores são os instrumentos adequados para indicar os rumos do desenvolvimento urbano nos municípios.

O desempenho do indicador “Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana” está diretamente relacionado ao desempenho dos Municípios.

As Prefeituras apresentam ao Estado suas demandas por obras urbanas e as executam por meio de recursos de emendas parlamentares ao orçamento do Programa Desenvolvimento Urbano (PPA 2012-2015), oriundas do Programa de Cooperação Federativa – PCF, formalizadas mediante a celebração de termos de ajuste, ou do orçamento da Secretaria, mediante convênios.

Além disso, alocam recursos nos seus orçamentos tendo em vista possibilitar a contrapartida dos projetos para a execução das obras.

A atuação dos Municípios é fundamental para o desempenho do indicador, uma vez que seu papel inclui desde a apresentação das demandas, juntamente com os projetos executivos e a documentação necessária à celebração dos instrumentos; a realização dos processos licitatórios; a fiscalização das obras; a boa e regular aplicação dos recursos próprios e dos recursos repassados pelo Estado, em conformidade com o cronograma de execução física do objeto e o cronograma de desembolso, pactuados no plano de trabalho; e a tempestiva apresentação das solicitações de prorrogação de vigência, quando necessário.

Outro importante fator, durante a vigência dos instrumentos, que contribui para a boa execução dos projetos é a comprovação da situação de regularidade cadastral do Município, que possibilita o repasse dos recursos em conformidade com o cronograma de desembolso, bem como a apresentação tempestiva das prestações de contas para comprovação da regularidade na aplicação dos recursos.

No período 2007-2015, os 1.669 instrumentos (convênios, termos de ajuste e contratos) celebrados no âmbito do Programa Desenvolvimento Urbano (PPA 2012-2015), Programa Estruturação e Requalificação Urbana (PPA 2008-2012) e do Programa Desenvolvimento Regional, que inclui o Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional Cidades do Ceará/Cariri Central (Cidades I) e o Programa de Desenvolvimento Urbano dos Polos Regionais Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (Cidades II) , possibilitaram a execução de um total de 1.362 obras urbanas, em 172 municípios (**Tabela 8**).

Tabela 8. Quantidade de Obras Urbanas e Municípios Beneficiados (exceto Fortaleza), Secretaria das Cidades, 2007-2015.

Discriminação	Exercício									Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Obras Urbanas Entregues	0	134	149	353	196	147	170	120	93	1.362
Municípios Beneficiados	0	70	68	113	96	74	71	62	50	172
Instrumentos celebrados*	70	169	250	443	44	275	36	362	20	1.669

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb, Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará / Cariri Central – UGP I e Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento dos Polos Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú – UGP II.

*Convênios, Termos de Ajuste e Contratos.

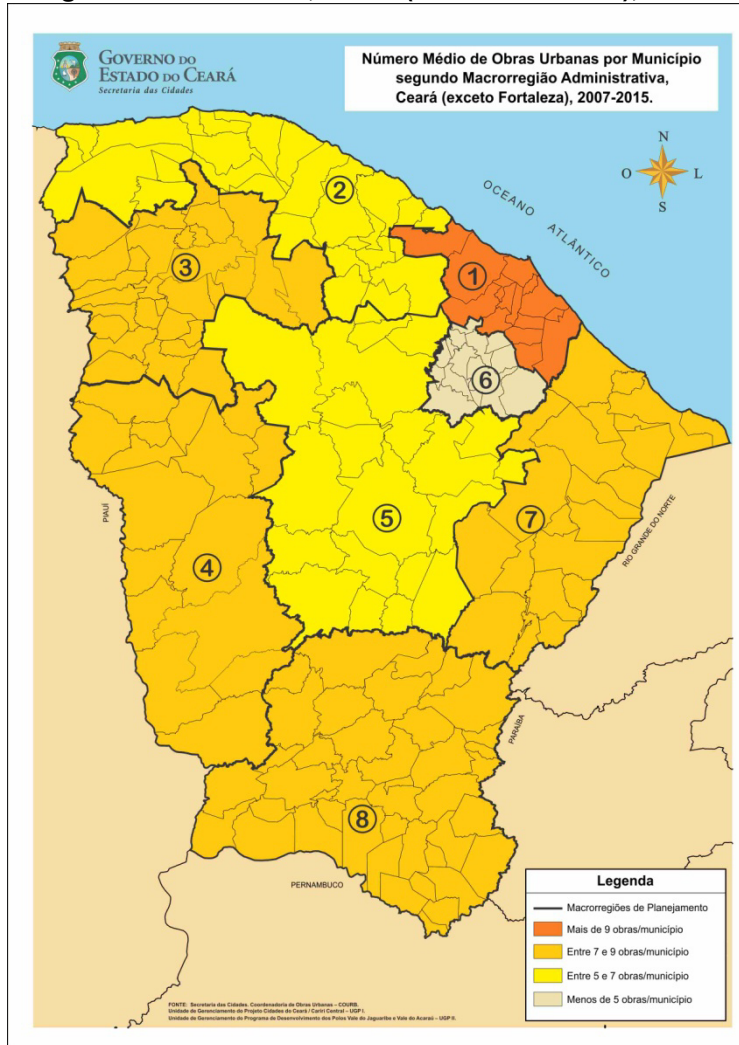
Pelo **Mapa 6**, apresentado a seguir, observa-se a distribuição geográfica das obras urbanas realizadas desde 2007 a 2015. Ressalte-se que em 2007, em função do início de uma nova gestão governamental, não houve entrega de obras.

Observando a distribuição geográfica dos municípios beneficiados, houve uma concentração nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, com uma média superior a 9 obras por município, durante o período. A região que apresentou menor concentração de obras urbanas foi a Região 6 – Maciço de Baturité, com uma média inferior a 5 obras por município.

No **Mapa 7**, encontra-se a distribuição geográfica dos recursos financeiros disponibilizados para execução das obras urbanas supracitada.

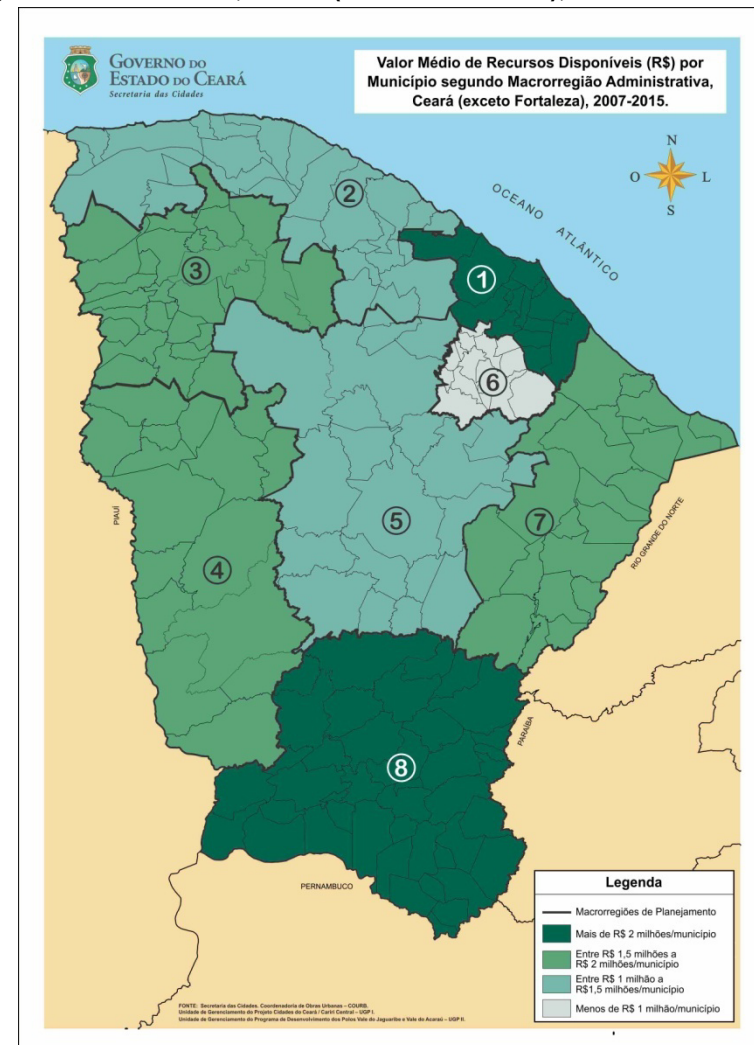
Percebe-se que, o volume médio de Recursos Financeiros Disponíveis concentra-se na Região 1 – RMF e na Região 8 – Cariri/Centro-Sul, com um recurso de mais de R\$ 2 milhões por município durante o período de 2007-2015. A região que recebeu o menor volume de recursos financeiros foi novamente a região de Baturité, com uma média menor a R\$ 1 milhão por município.

Mapa 6. Número Médio de Obras Urbanas por Município segundo Macrorregião Administrativa, Ceará (exceto Fortaleza), 2007-2015.



Fonte: Secretaria das Cidades

Mapa 7. Valor Médio de Recursos Disponíveis (R\$) por Município segundo Macrorregião Administrativa, Ceará (exceto Fortaleza), 2007-2015.



Fonte: Secretaria das Cidades

3.1.2. Influência dos Produtos no Resultado Estratégico (2015)

3.1.2.1. Produto Obra Urbana Implantada (2015)

O produto obra urbana implantada influencia diretamente o Resultado Estratégico Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões.

Em 2015 foram entregues 93 obras urbanas em 50 municípios do Estado (**Mapa 8**), das quais 83 (oitenta e três) por meio do Programa Desenvolvimento Urbano, 07 (sete) por meio do Programa Desenvolvimento Regional no âmbito do Projeto Cidades do Ceará/ Cariri Central e 03 (três) por meio do Programa de Desenvolvimento Urbano dos Polos Regionais Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

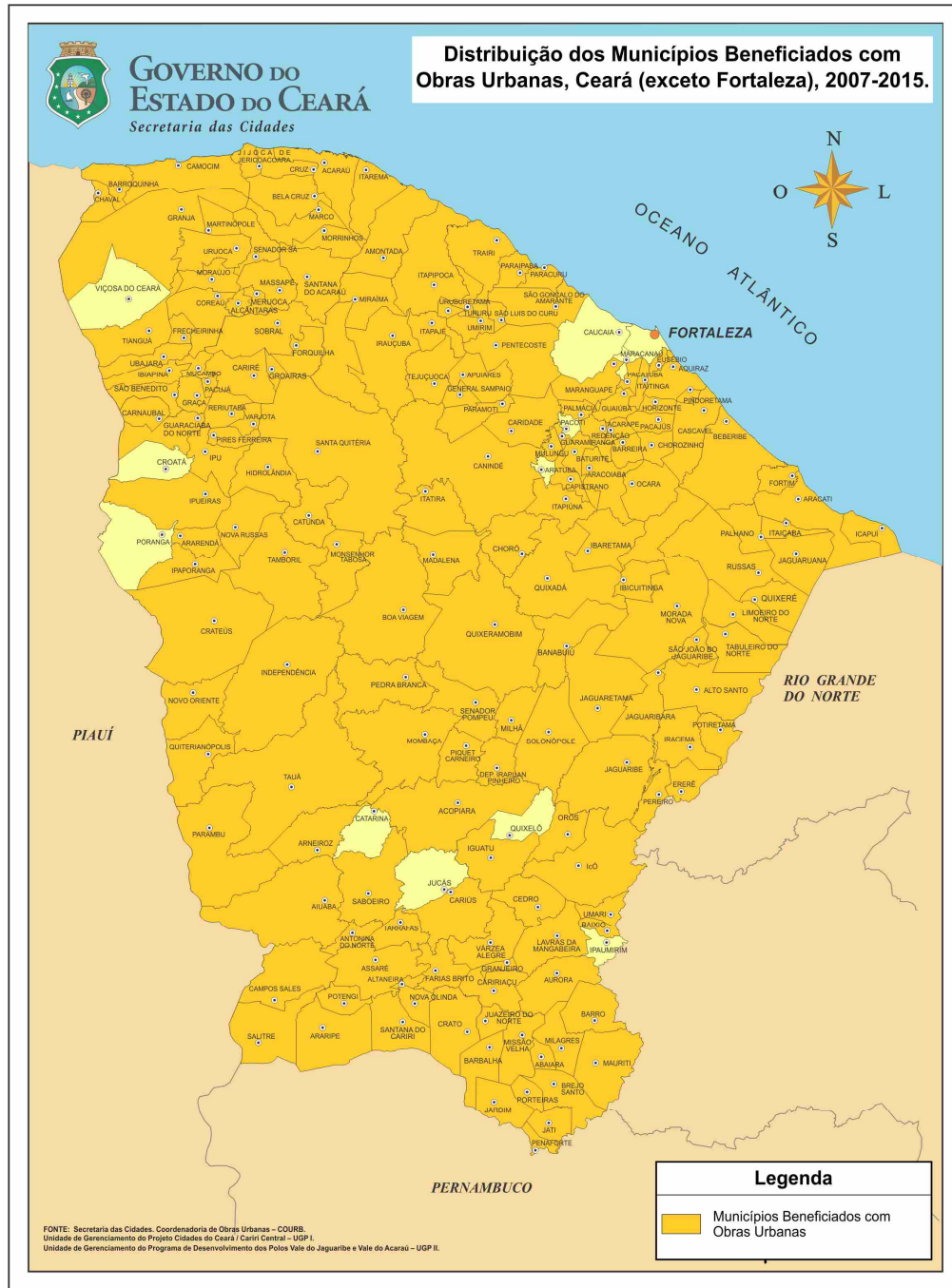
Foram executadas 62 obras de pavimentação em 40 municípios, com um total de 546.222,91m²; 18 praças públicas/parques urbanos (11 construídos e 07 reformados) em 10 municípios; 06 prédios públicos, dos quais 03 construídos e 03 reformados; 06 obras de urbanização e 01 de drenagem. Não houve nenhuma obra de urbanização de margem de recursos hídricos (**Tabela 9**).

Tabela 9. Obras Urbanas no Interior (CE exceto Fortaleza), Ceará, 2015.

	Tipo	Quantidade	Municípios	Total (m²)
Pavimentação	Asfalto	6	4	58.975,10
	Intertravado	2	2	15.802,00
	Paralelo	12	8	74.272,02
	Pedra Tosca	42	29	356.380,31
	Piçarra	0	0	0,00
	Total		62	40
Praças Públicas/ Parques Urbanos	Reforma	7	4	24.226,93
	Construção	11	7	8.549,38
	Total	18	10	32.776,31
Prédio Público	Reforma	3	3	1.063,14
	Construção	3	3	2.751,60
	Total	6	6	3.814,74
Margem de Recursos Hídricos Urbanizada		0	0	0,00
Obras urbanas		6	6	4.202,43*
Drenagem		1	1	155,00**
Total		93	50	546.222,91

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb, Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará / Cariri Central – UGP I e Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento dos Polos Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú – UGP II.

Mapa 9. Distribuição dos municípios beneficiados com obras urbanas, Ceará, 2007-2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb, Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará / Cariri Central – UGP I e Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento dos Polos Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú – UGP II.

3.2. Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos

No exercício de 2006 foram concluídos os estudos técnicos e econômicos para a destinação final de resíduos sólidos no Estado do Ceará, que apontaram a necessidade de implantação de 27 aterros sanitários regionais e a melhoria em 3 aterros sanitários existentes, totalizando 30 aterros sanitários regionais para a solução da destinação desses resíduos sólidos.

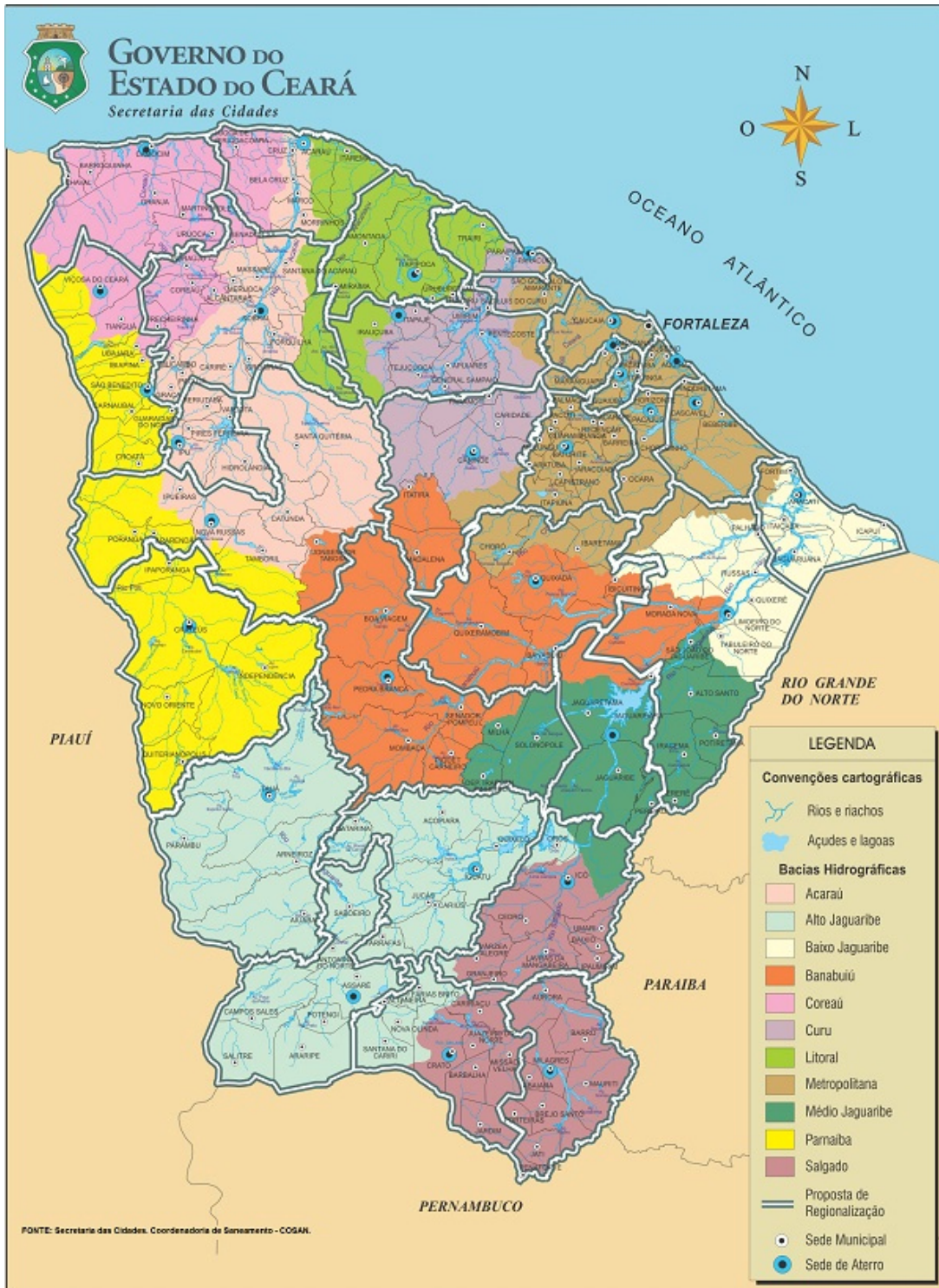
Quadro 1. Municípios Previstos para Implantação e Melhoria dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos - Secretaria da Infraestrutura

Municípios Previstos para implantação de Aterros Sanitários no Estado do Ceará	
Acaraú	Itapipoca
Aquiraz *	Jaguaribara
Aracati	Limoeiro do Norte
Assaré	Maracanaú*
Baturité	Milagres
Camocim	Nova Russas
Canindé	Pacajus
Cascavel	Pacatuba
Caucaia *	Paracuru
Crateús	Pedra Branca
Crato (substituído por Caririaçu)	Quixadá
Icó	São Benedito (substituído por Guaraciaba do Norte)
Iguatu	Sobral
Ipu	Tauá
Itapajé	Viçosa do Ceará

* Melhoria de Aterro Sanitário.

O modelo escolhido para a implantação da política estadual de destinação adequada de resíduos sólidos foi o de Consórcios Públicos, disciplinado pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que preserva a autonomia dos entes federados.

Mapa 10. Localização Prevista dos Aterros Sanitários, Segundo Estudos Técnicos e Econômicos, Ceará, 2006.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento - Cosan.

Para a realização dos serviços de formação dos consórcios, no período 2008-2011 a Secretaria das Cidades contratou uma consultoria que objetivou a formação de 23 (vinte e

três) consórcios públicos. Contudo não foi possível a formação do consórcio de Iguatu, devido a pendências judiciais envolvendo o município sede do aterro.

Assim foram constituídos por indução pelo Governo do Estado do Ceará 22 (vinte e dois) consórcios públicos objetivando a gestão de aterros sanitários regionais. Esse esforço possibilitou a adesão e a inclusão de 144 municípios (**Tabela 10**).

Ressalte-se que por iniciativa das Prefeituras Municipais de Paracuru, Baturité, Pedra Branca e Viçosa do Ceará foram formados 4 (quatro) Consórcios Públicos, que incluem 25 (vinte e cinco) municípios, conforme destacado no **Mapa 11**.

Os municípios de Cariús, Catarina, Iguatu, Jucás, Quixelô e Tarrafas não efetivaram a formação do consórcio público.

Os municípios de Caucaia e Fortaleza destinam seus resíduos sólidos para o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC; Maranguape e Maracanaú destinam seus resíduos sólidos para o Aterro Metropolitano Sul; e Aquiraz e Eusébio destinam seus resíduos sólidos para o Aterro Sanitário Leste. Esses aterros operam em regime de Termo de Cessão de Uso, uma vez que foram construídos pelo Estado do Ceará.

Os municípios de São Gonçalo do Amarante, Palmácia e Parambu não aderiram à formação dos consórcios públicos por decisão das respectivas gestões (**Mapa 11**).

Aos Consórcios Municipais cabe a operação dos aterros sanitários regionais e a responsabilidade pelo transporte dos resíduos dos municípios ao aterro sanitário.

Tabela 10. Consórcios Públicos Formados por Iniciativa do Governo Estado do Ceará no período 2008-2011.

Ordem	Municípios		Quantidade de Municípios
	Sede do Aterro	Demais Participantes	
1	Acaraú	Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos	7
2	Aracati	Fortim, Icapuí, Itaíçaba, Jaguaruana	5
3	Assaré	Antonina do Norte, Araripe, Campos Sales, Potengi, Saboeiro e Salitre	7
4	Camocim	Barroquinha, Chaval, Granja, Martinópolis e Uruoca	6
5	Canindé	Caridade, Madalena, Paramoti e Itatira	5
6	Cascavel	Beberibe e Pindoretama	3
7	Crateús	Independência, Ipaporanga e Novo Oriente	4
8	Caririáçu	Altaneira, Barbalha, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Santana do Cariri e Missão Velha	10
9	Icó	Baixio, Cedro, Granjeiro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Orós, Umari, Várzea Alegre	9
10	Itapajé	Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Pentecoste, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Umirim e Tururu	9
11	Itapipoca	Amontada, Miraíma e Uruburetama	4
12	Jaguaribara	Jaguaretama, Jaguaribe e Pereiro	4
13	Limoeiro do Norte	Alto Santo, Ererê, Iracema, Morada Nova, Palhano, Quixeré, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Russas e Potiretama	11
14	Milagres	Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Penaforte e Porteiras	9
15	Nova Russas	Ararendá, Catunda, Poranga, Ipueriras, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria e Tamboril	8
16	Pacajus	Chorozinho, Horizonte e Ocara	4
17	Pacatuba	Guaiuba e Itaitinga	3
18	Ipu	Hidrolândia, Pires Ferreira, Reriutaba e Varjota	5
19	Quixadá	Banabuiu, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga e Quixeramobim	6
20	São Benedito	Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina e Ubajara	6
21	Sobral	Alcântaras, Cariré, Coreau, Forquilha, Frecheirinha, Groaíras, Massapê, Graça, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Santana do Acaraú e Senador Sá	15
22	Tauá	Aiuaba, Arneiroz e Quiterianópolis	4
Total			144

Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

Mapa 11. Situação dos Municípios quanto à formação dos Consórcios Públicos, Ceará, 2012.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

Desde 2008, a Secretaria das Cidades vem articulando junto ao Governo Federal a captação dos recursos necessários à elaboração dos projetos executivos que objetivam a construção de 13 (treze) aterros sanitários e suas unidades correlatas.

Até o final de 2014, 5 (cinco) projetos executivos foram concluídos, 5 (cinco) encontram-se em fase de elaboração e 3 (três) já foram contratados e aguardam autorização para início dos serviços.

Em agosto de 2010 foi instituída a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS, por meio da lei federal N°12.305. Essa lei reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Essa mesma lei determina que até agosto de 2014 todas os municípios devem promover o fechamento dos lixões e a construção de aterros sanitários ambientalmente sustentáveis. Segundo informações do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – Conpam, registradas em 2012, há cerca de 280 lixões espalhados pelos 184 municípios do Ceará.

Não obstante a determinação legal da PNRS, para a construção de um aterro sanitário é necessário um longo processo que inclui a realização de vários estudos minuciosos de natureza locacional, ambiental, geotécnica, topográfica e de viabilidade socioeconômica. Também requer um diagnóstico do sistema atual de resíduos sólidos, a elaboração de projeto executivo, planos de operação e manutenção do aterro sanitário e suas unidades correlatas; o monitoramento dos efluentes líquidos e gasosos e águas subterrâneas e a elaboração de um plano de fechamento do aterro sanitário.

Somente após a realização e aprovação de todos esses estudos é possível elaborar termo de referência para licitação, contratação e início das obras de construção do aterro sanitário e suas unidades correlatas.

Com o funcionamento de aterros sanitários e o encerramento dos lixões haverá inevitavelmente a desocupação de mão-de-obra de catadores que sobrevivem da atividade de catação de recicláveis. Diante do exposto, torna-se indispensável levar em conta este universo de catadores no modelo de gestão de resíduos urbanos.

Neste sentido a Secretaria das Cidades no final de 2012 elaborou o Projeto de Inclusão Produtiva de Catadores em Redes Solidárias no Estado do Ceará, que tem por objetivo promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, apoiando a estruturação de organizações associativas auto-sustentáveis e a formação de pessoas envolvidas no processo, propiciando a geração de trabalho e renda.

Esse projeto foi concebido em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a inclusão das cooperativas de catadores ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis em todas as fases da coleta seletiva dos resíduos.

O projeto será executado a partir de 2015 com duração prevista de 36 (trinta e seis) meses, e prevê sua implementação em 12 (doze) territórios onde houve formação de consórcios públicos, que incluem 93 (noventa e três) municípios. Estima-se alcançar um número aproximado de 2.500 (dois mil e quinhentos) catadores, organizados em 12 (doze) cooperativas com uma central de comercialização e negociação.

Esse Programa tem por objetivo específico identificar, sensibilizar e mobilizar catadores para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; apoiar a criação da incubação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis; organizar os catadores como cooperados no entorno de empreendimentos econômicos solidários; disponibilizar infraestrutura e logística necessárias às cooperativas para a coleta, triagem, prensagem e comercialização de recicláveis; e fomentar a organização de redes de produção e distribuição de recicláveis.

3.2.1. Análise do Indicador de Resultado: População Urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2015)

O indicador se refere à população residente nas áreas urbanas dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, em relação à população urbana total dos municípios da RMF projetada para o ano em análise.

Os marcos no sentido da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos na RMF referem-se à elaboração pelo Estado, em 1988, do Plano Metropolitano de Limpeza Urbana; o início da operação, em 1991, do **Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC**, que atende o município de Caucaia e Fortaleza, esse último desde 1997 com a desativação do lixão do Jangurussu; a conclusão, em 1996, da

construção do **Aterro Metropolitano Sul** localizado no município de Maracanaú, que atende também o município de Maranguape; e do **Aterro Sanitário Leste**, localizado em Aquiraz, que atende também ao município de Eusébio.

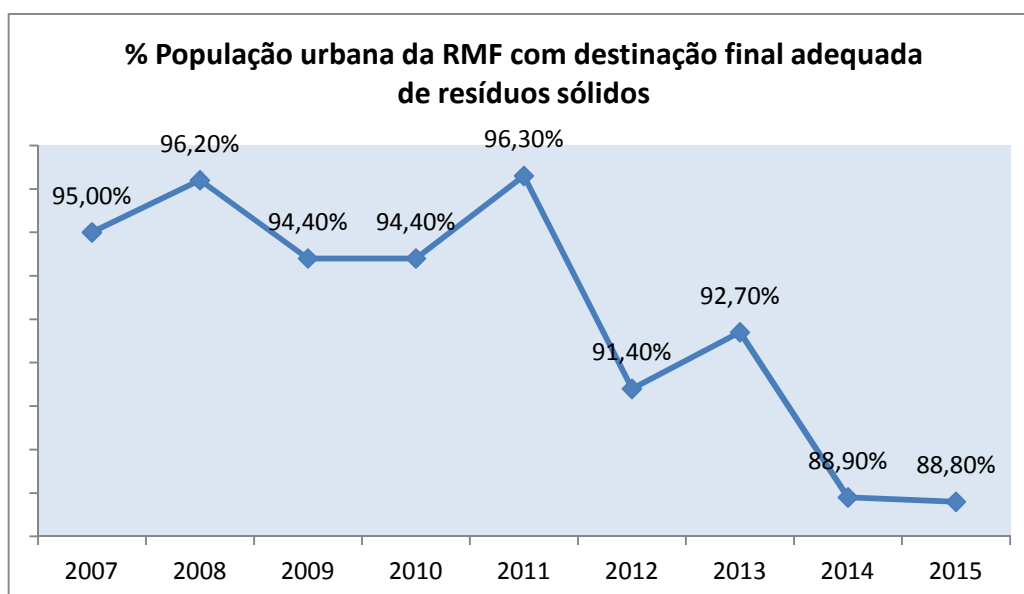
Na Região Metropolitana de Fortaleza- RMF há outros 3 Aterros Sanitários construídos por iniciativa dos municípios de **Horizonte**, **Pacatuba** e **São Gonçalo do Amarante**, devido à má operação desses equipamentos, em 2012 houve uma involução no status, passando de aterro sanitário a lixões, permanecendo a situação em 2014.

No período 2007-2015, a cobertura da população urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos refletiu o crescimento vegetativo da população da RMF e, também, à ampliação do número de municípios que a compõem.

Em 2014, a RMF passou de 15 para 19 municípios dos quais apenas 7 contam com disposição adequada em aterros sanitários: Aquiraz e Eusébio, com o Aterro Sanitário Leste; Caucaia e Fortaleza, com o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia; Maracanaú e Maranguape, com o Aterro Metropolitano Sul, e Horizonte.

Assim, registra-se no ano de 2015 um percentual de 88,9% da população urbana da RMF beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos, uma diminuição em relação ao percentual de 92,7% registrado em 2013.

Figura 8. Evolução do Indicador População Urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

3.2.2. Análise do Indicador de Resultado: População Urbana do Interior (CE exceto RMF) beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos (2007-2015)

O indicador se refere à população residente nas áreas urbanas dos municípios do Interior (exceto RMF) beneficiada com destinação de resíduos sólidos em aterros sanitários, em relação à população urbana total dos municípios do Interior (exceto RMF) projetada para o ano em análise.

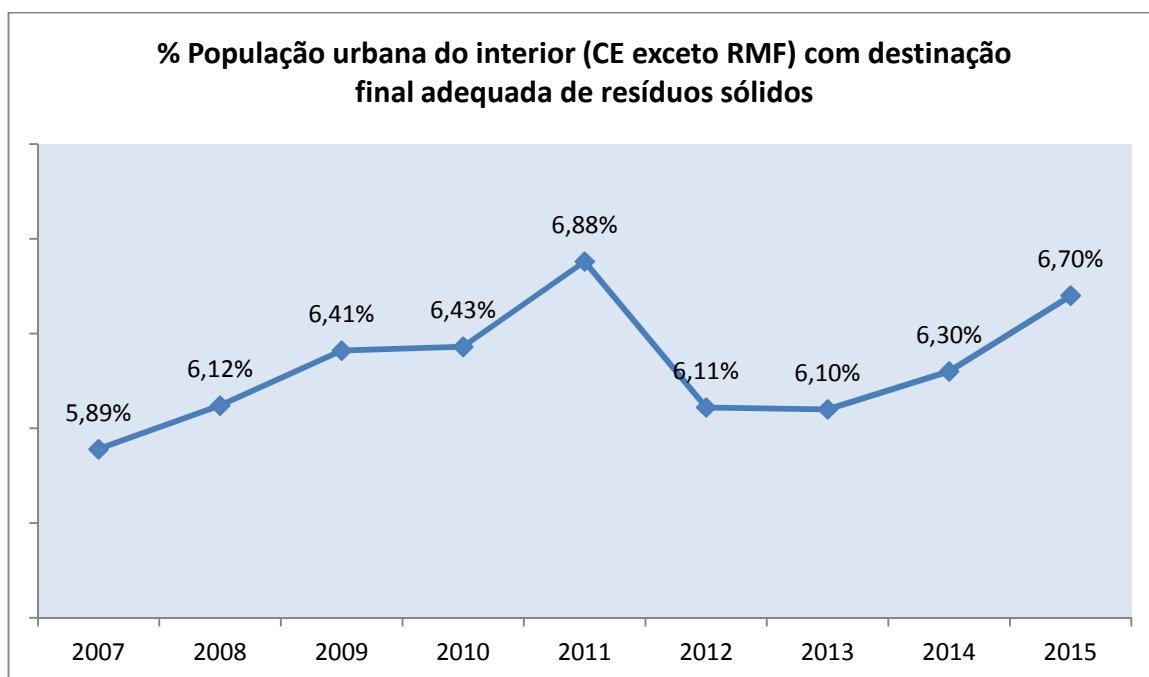
No Interior do Estado a situação da destinação adequada dos resíduos sólidos é crítica, uma vez que apenas o município de Sobral possui aterro sanitário em operação, com licença emitida pela Autarquia Municipal do Meio Ambiente – AMA. Esse aterro atende também ao município de Meruoca.

O Aterro Sanitário do município de Jaguaribara, construído pelo Estado quando da mudança de localização daquela cidade, ocasionada pelas obras destinadas ao reassentamento da população atingida pelas obras do Açude Castanhão, encontra-se na condição de lixão. Também passou a essa condição o Aterro Sanitário de Lavras da Mangabeira que antes operava de forma satisfatória.

Alguns municípios do interior do Ceará, a exemplo de Quixadá, Camocim, Paramoti, Tauá, Itapipoca, chegaram a construir aterros sanitários, no entanto perderam esse status por falta de uma gestão adequada e do alto custo de manutenção do equipamento, por isso, regrediram a condição de lixões. Os municípios de Mauriti e Iguatu construíram seus aterros, mas não começaram a operar, sendo o de Iguatu finalizado em 2010 e o de Mauriti em 2012. O município de Brejo Santo possui um aterro sanitário operando em condições críticas, próximo ao final de sua vida útil, e está buscando adequar-se às condições exigidas pela Semace para emissão da Licença de Operação.

Com isso, registra-se em 2015, um percentual de 6,7% da população urbana do interior beneficiada com destinação final adequada de resíduos sólidos..

Figura 9. Evolução do Indicador População Urbana do Interior (exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos, Ceará, 2007-2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Coordenadoria de Saneamento – Cosan.

3.2.3. Influência do Produto no Resultado Estratégico (2015)

3.2.3.1. Produto Aterro Sanitário Construído (2015)

O produto aterro sanitário construído também influencia diretamente o Resultado Estratégico 3 - Melhoria da Estrutura Urbana de Cidades e Regiões. Cabe salientar que não foi possível construir aterro sanitário em 2015.

O Estado do Ceará tem realizado um trabalho por meio da Secretaria das Cidades para a elaboração dos projetos executivos nos municípios consorciados das regiões de (1) Paracuru, (2) Caririaçu, (3) São Benedito, (4) Camocim, (5) Sobral, (6) Icó, (7) Milagres, (8) Limoeiro do Norte, (9) Pedra Branca, (10) Assaré, (11) Tauá, (12) Itapipoca e (13) Acaraú, que objetivam a construção dos aterros sanitários regionalizados.

As ações no sentido da elaboração do Projeto Executivo do Aterro Sanitário Consorciado de **Paracuru** foram iniciadas em 2007, com a elaboração do Termo de Referência e do Edital. A Licitação para contratação do projeto executivo de engenharia também foi realizada naquele mesmo ano. Os recursos do Tesouro foram disponibilizados em 2008 e a contratação da empresa ocorreu em 2009, tendo sido iniciado o projeto executivo naquele mesmo exercício.

No período de 2009/2013 foram entregues os seguintes produtos:

1. Relatório Técnico dos Serviços Preliminares (2009);
2. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais - produto II - (2010);
3. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais - produto III - (2010);
4. Estudos Ambientais - produto IV – (2011);
5. Detalhamento dos Equipamentos - produto VIII – (2012);
6. Revisão do Plano Local de Gestão - produto IX – (2012);
7. Planos de Operação e Manutenção - produto X – (2012);
8. Plano de Fechamento dos Lixões – produto XI – (2012);
9. Plano Básico de Saneamento Ambiental – (2013);
10. Serviços Arqueológicos – (2013).

O Projeto Executivo do Aterro Sanitário Consorciado do **Cariri (Caririaçu)** teve ações iniciadas em 2008, quando foram elaborados o Termo de Referência e o Edital. Naquele mesmo ano foi assinado o Convênio com a FUNASA para captação dos recursos financeiros junto ao Governo Federal. Ainda em 2008 foi realizada a licitação do projeto, resultando na contratação do fornecedor, em 2009.

Até o final de 2012/2013 foram entregues os seguintes produtos:

1. Relatório Técnico dos Serviços Preliminares – produto I - (2009);
2. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais – produto II - (2011);
3. Relatório Preliminar dos Estudos Ambientais – produto III - (2011);
4. Estudos Arqueológicos – produto XIII - (2012);
5. Apresentação e aprovação dos estudos ambientais e comprovação das licenças necessárias – (2013);
6. Apresentação e aprovação do detalhamento dos equipamentos a serem utilizados na operação dessas instalações – (2013);
7. Aprovação da revisão e apresentação de uma proposta definitiva para o Plano de Gestão – (2012);
8. Apresentação e aprovação dos Planos de operação, manutenção, ocupação, monitoramento e de recuperação das áreas utilizadas – (2013);
9. Estudos Aviários – (2013).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Sobral**, com recursos da FUNASA, foram entregues no período de 2012/2014 os produtos:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos (2012);
3. Estudos ambientais (2013);
4. Estudos Geotécnicos (2013);
5. Serviços Topográficos (2013);
6. Estudo de Viabilidade Socioeconômica (2013);
7. Projeto Executivo de Engenharia (2014);
8. Projeto de Encerramento dos Lixões Existentes (2014);
9. Plano de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas (2014);
10. Plano de Monitoramento - Efluentes Líquidos e Gasosos, Água Subterrâneas (2014);
11. Plano de Fechamento do Aterro Sanitário (2014);
12. Estudo de Viabilidade para avaliar venda de crédito carbono (2014).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **São Benedito**, com recursos da FUNASA, foram entregues no período de 2012/2014 os produtos

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos (2012);
3. Estudos ambientais (2013);
4. Serviços Topográficos (2013);
5. Estudo de Viabilidade Socioeconômica (2013);
6. Serviços Geotécnicos (2014);
7. Projeto de Encerramento dos Lixões Existentes (2014);
8. Plano de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas (2014);
9. Plano de Monitoramento - Efluentes Líquidos e Gasosos, Água Subterrâneas (2014);
10. Plano de Fechamento do Aterro Sanitário (2014);
11. Estudo de Viabilidade para avaliar venda de crédito carbono (2014).

No que se refere aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Camocim**, com recursos da FUNASA, foram entregues no período de 2012/2014 os produtos:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos (2012);
3. Estudos ambientais (2013);
4. Serviços Topográficos (2013);
5. Estudo de Viabilidade Socioeconômica (2013);
6. Serviços Geotécnicos (2014);
7. Projeto de Encerramento dos Lixões Existentes (2014);
8. Plano de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas (2014);
9. Plano de Monitoramento - Efluentes Líquidos e Gasosos, Água Subterrâneas (2014);
10. Plano de Fechamento do Aterro Sanitário (2014);
11. Estudo de Viabilidade para avaliar venda de crédito carbono (2014).

As primeiras entregas de produtos referentes aos projetos executivos dos aterros sanitários que beneficiarão as regiões de **Icó e Milagres** foram iniciadas em 2012. Foram concluídos no período de 2012/2013 os seguintes produtos:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Estudos Geotécnicos (2012);
3. Diagnóstico do Sistema Atual de Resíduos Sólidos referentes a essas regiões (2012);
4. Produto XI – Projeto de Encerramento dos Lixões Existentes;
5. Produto VIII – Plano de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas;
6. Produto IX – Plano de Monitoramento (Efluentes Líquidos e Gasosos, Água Subterrâneas);
7. Produto IV – Serviços Topográficos Inerentes A Elaboração do Projeto Executivo do Aterro Sanitário e Suas Unidades Correlatas;
8. Produto IV – Estudo de Viabilidade Socioeconômica do Aterro Consorciado;
9. Produto X – Plano de Fechamento do Aterro Sanitário;
10. Produto II – Estudos Ambientais;
11. Produto XII – Estudo de Viabilidade para avaliar venda de crédito carbono.

A primeira entrega referente ao projeto executivo do aterro sanitário regional que beneficiará a região de **Limoeiro do Norte** foi realizada em 2012. Foram concluídos no período de 2012/2014 os produtos:

1. Caracterização da Área e Escolha de Alternativas (2012);
2. Estudos ambientais (2014);
3. Diagnóstico da situação atual do sistema de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios consorciados (2014).

O projeto executivo do aterro sanitário que beneficiará a região de Pedra Branca, que foi licitado e contratado por meio do CODESUL, é apoiado financeiramente pelo Governo do Estado. Esse projeto tem sido executado de forma lenta:

1. Caracterização de Área e Escolha de Alternativas;
2. Estudos Ambientais;
3. Diagnósticos do Sistema atual de Resíduos Sólidos.

4. RESULTADO 4 – MELHORIA DA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE ELEVANDO A COMPETITIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO

Considerando que as linhas metroferroviárias representam eixos estruturais do transporte público da cidade, espera-se que os projetos em andamento impactem na matriz de transporte público da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e, conseqüentemente, agreguem valor a economia e a qualidade de vida da população.

O indicador apresentado na tabela abaixo, retratado no subitem a seguir, busca contribuir para a evolução da logística de transporte na RMF.

Tabela 11. Indicador do Resultado Estratégico Melhoria da Logística de Transporte Elevando a Competitividade Econômica do Estado, (2007 – 2015).

Indicador	Exercício								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Participação do número de passageiros transportados por sistema metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF (%)	1,90	2,10	1,80	1,20	0,80	0,70	0,70	1,49	1,58

Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

4.1. Análise do Indicador de Resultado: % de Participação do número de passageiros transportados por sistema metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF (2007-2015).

O indicador “Participação do número de passageiros transportados por sistema metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF” reflete o percentual correspondente à soma das entradas de passageiros pelas linhas de bloqueios devidamente registradas pelo transporte metroferroviário, em relação ao sistema de transporte da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, que inclui os modais ônibus, vans, metrô e trem.

Com o entendimento de que as linhas metroferroviárias representam eixos estruturais do transporte público da cidade, na medida em que suas implantações aconteçam espera-se o aumento gradativo da adesão da população ao transporte metroferroviário e, conseqüentemente, o aumento da participação deste modal na matriz de transporte público da Região Metropolitana de Fortaleza, com vistas a melhoria da logística de transporte.

Para o cálculo do indicador, foram consideradas as linhas metroferroviárias Oeste e Sul que estão em operação na RMF. As linhas do VLT Parangaba Mucuripe e a Linha Leste estão em implantação

Cumprе esclarecer que em 2015 o resultado em análise foi obtido por meio da execução de iniciativas e ações no orçamento da Secretaria das Cidades – SCidades e Secretaria da Infraestrutura – Seinfra.

Na Secretaria das Cidades foram executadas as ações VLT Parangaba-Mucuripe – Componente I – Obras; Estações do Metrô – Componente I – Obras; e Recuperação e Ampliação do Sistema Metro-Ferroviário.

Na Seinfra foram executadas as ações VLT Parangaba-Mucuripe – Componente I – Obras; Implantação e Operação do Trem Metropolitano de Fortaleza – Linha Leste; e Implantação do Trem de Passageiros com VLT – Linha Norte, essa última não contribuindo para o resultado, que relaciona-se a RMF.

Entre 2007 e 2009, foram considerados dados das Linhas Oeste e Sul para calcular o referido índice.

A partir de 2010 a Linha Sul não foi mais considerada para o cálculo em decorrência de sua paralisação para conclusão do sistema metroviário. Somente em junho de 2012 a operação da Linha Sul foi retomada em formato de “operação assistida”, transportando passageiros por 4 horas diárias de segunda a sexta. Esses fatos explicam a tendência negativa apresentada pelo indicador no período 2010-2012.

Em outubro de 2014 deu-se início a operação comercial da Linha Sul, com funcionamento de 7hs às 19hs de segunda à sábado.

Mapa 12. Linhas em operação e a serem implantadas na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.



Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

Em 2015, foram beneficiados na Linha Oeste 1.785.832 passageiros, com uma média diária de 6.400 passageiros. E na Linha Sul foram beneficiados 4.695.052 passageiros, com uma média de 17 mil passageiros/dia).

A tabela a seguir apresenta o número total de passageiros que utilizaram o transporte metroferroviário e a média anual no período 2007-2015.

Tabela 12. Número de passageiros beneficiados com o transporte metroferroviário no período 2007 – 2015.

Nº de Passageiros	Exercício								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Linha Oeste									
Total	2.556.799	3.092.767	3.383.896	3.868.505	3.468.787	3.535.379	3.569.882	2.303.506	1.785.832
Média/ANO	213.067	257.731	281.991	322.375	289.066	294.615	297.490	191.959	148.819
Linha Sul									
Total	3.714.699	4.265.613	2.942.293	-	-	620.478	1.934.344	3.307.803	4.695.052
Média/ANO	309.558	355.468	245.191	-	-	88.640	161.195	275.650	391.254
Total Transportado /ANO	6.271.498	7.358.380	6.326.189	3.868.505	3.468.787	4.155.857	5.504.226	5.611.309	6.480.884

Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

Os principais desafios da infraestrutura ferroviária do Metrô de Fortaleza estão relacionados a conclusão das tratativas para captação dos recursos do Orçamento Geral da União – OGU pela CAIXA e para financiamento junto ao BNDES, objetivando a eletrificação e duplicação da Linha Oeste, bem como a liberação dos recursos do OGU para a realização do estudo de viabilidade do ramal Caucaia Pecém.

4.2. Influência dos Produtos no Resultado Estratégico (2015).

4.2.1. Produto Linha Sul do Metrô Implantada – Grande Fortaleza – Metrô (2015).

A Linha Sul do Metrô de Fortaleza (**Mapa 13**) foi desenvolvida no leito da antiga estrada de ferro de Baturité com 24,1 km de via duplicada e eletrificada, 18 estações, além de um moderno Centro de Manutenção.

Essa linha oferece o serviço de segunda a sábado, no horário das 06h30min às 19h, atendendo cerca de 17 mil passageiros/dia, servindo como eixo de interligação entre a Estação Chico da Silva, no centro de Fortaleza, passando ainda por Maracanaú, e a Estação Carlito Benevides, em Pacatuba, o que totalizando 3 (três) municípios atendidos. A linha opera com 4 Trens Unidade Elétricas, num intervalo entre trens de 20 min. Ao longo de um ano de operação comercial (2015) foram transportadas aproximadamente 4,7 milhões de pessoas.

Em 2015 foram concluídas as subestações São Benedito, Prédio Administrativo e do Centro de Controle Operacional. Nesse exercício foram executadas 81% das obras civis do viaduto rodoviário da Rua Padre Cícero, liberando os acessos que ligam esta rua à Av. José Bastos; 82% das obras civis das estações Juscelino Kubitschek e Padre Cícero; 53,51% das obras complementares (diversas obras ao longo da Linha Sul, nas estações e no Centro de Manutenção) e 4,56% das obras de acessibilidade das estações. Foi iniciada a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica, do sistema de telecomunicações e do sistema de sinalização e controle do tráfego

No período 2007-2015 os eventos a seguir relacionados impactaram na operação da Linha Sul e, conseqüentemente, na quantidade de passageiros transportada:

- 11/05/2009 - Paralisação do trecho João Felipe / Parangaba
- 11/01/2010 - Paralisação total da linha
- 15/06/2012 - Início da operação assistida (segunda à sexta, das 08h às 12h).
- 01/10/2014 – Início da operação comercial (segunda à sábado de 06h30min às 19h), com 04 Trens Unidade Elétricos – TUEs.

A paralisação da circulação dos trens diesel na Linha Sul ocorreu para permitir a implantação da eletrificação da referida Linha.; uma vez que não tinha como executar simultaneamente as duas atividades.

Mapa 13. Trajeto da Linha Sul do Metrô de Fortaleza.



Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

4.2.2. Produto Linha Oeste do Metrô Implantada – Grande Fortaleza – Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT (2015).

A Linha Oeste do Metrô de Fortaleza possui 19,5 km e interliga o centro de Fortaleza ao centro de Caucaia, atendendo esses dois municípios. São transportados aproximadamente 6,5 mil passageiros/dia, de segunda a sábado, no horário de 05h30min às 20h40min, em seis Veículos Leves sobre Trilhos – VLTs movidos a diesel.

O evento que impactou diretamente na operação da Linha Oeste foi a mudança de local da estação João Felipe em 13/01/2014, ocasionando a queda na demanda. Em função

da implantação do emboque do túnel da Linha Leste, a estação João Felipe precisou ser desativada, passando, a última parada da Linha Oeste, para a Rua Pe. Mororó, distante cerca de 1 Km da estação de origem, e nas proximidades da estação Chico da Silva (Linha Sul).

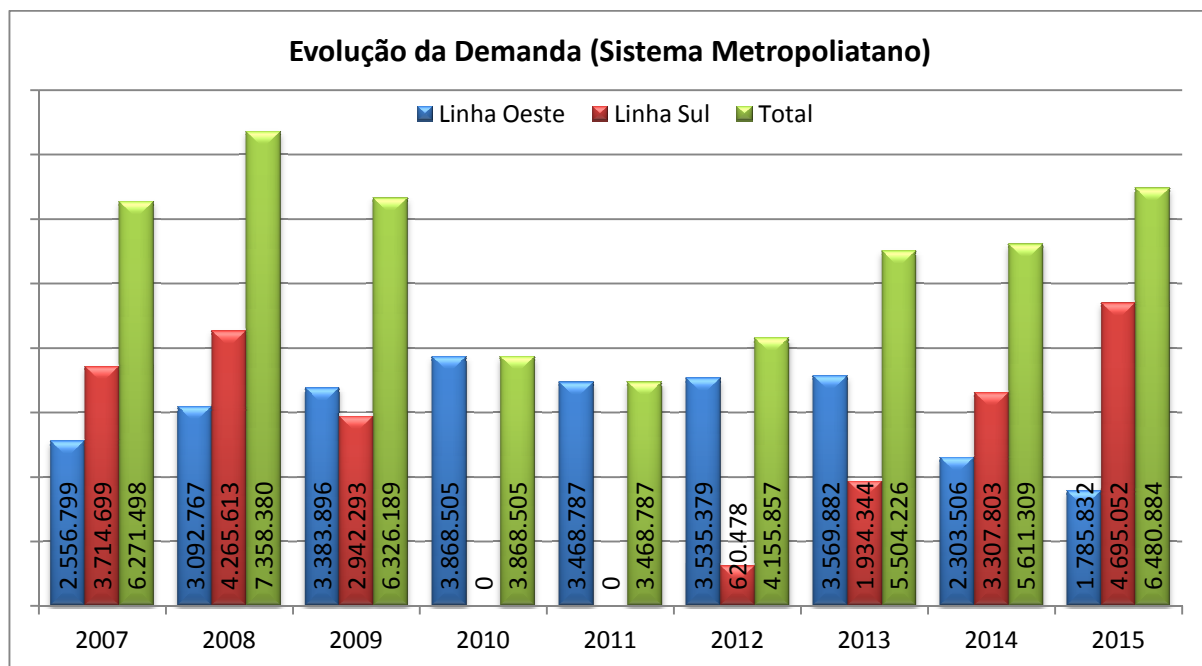
Mapa 14. Trajeto da Linha Oeste do VLT de Fortaleza.



Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

A seguir, a evolução da demanda das Linhas Sul e Oeste no período 2007-2015.

Figura 10. Evolução da Demanda das Linhas Oeste e Sul entre 2007 e 2015.



Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

4.2.3. Produto Linha de Trem de Passageiros Implantada – situações implantada, em implantação, em concepção (2015)

4.2.3.1. Grande Fortaleza – Ramal Parangaba-Mucuripe – Veículo Leve Sobre Trilhos (em implantação pela Seinfra)

O Ramal Parangaba-Mucuripe (**Mapa 15**) possui 12,7 km de extensão, com 10 estações interligando os bairros Parangaba e Mucuripe, com o atendimento de 22 bairros. Dentre os principais benefícios proporcionados pelo Ramal Parangaba-Mucuripe, destaca-se a integração entre modais metroferroviários, a partir da estação Parangaba da Linha Sul, e a interligação aos dois terminais de ônibus urbano, Parangaba e Papicu, estabelecendo, desta forma, a integração física entre diversos modos de transporte.

Mapa 15. Trajeto do Ramal Parangaba-Mucuripe.



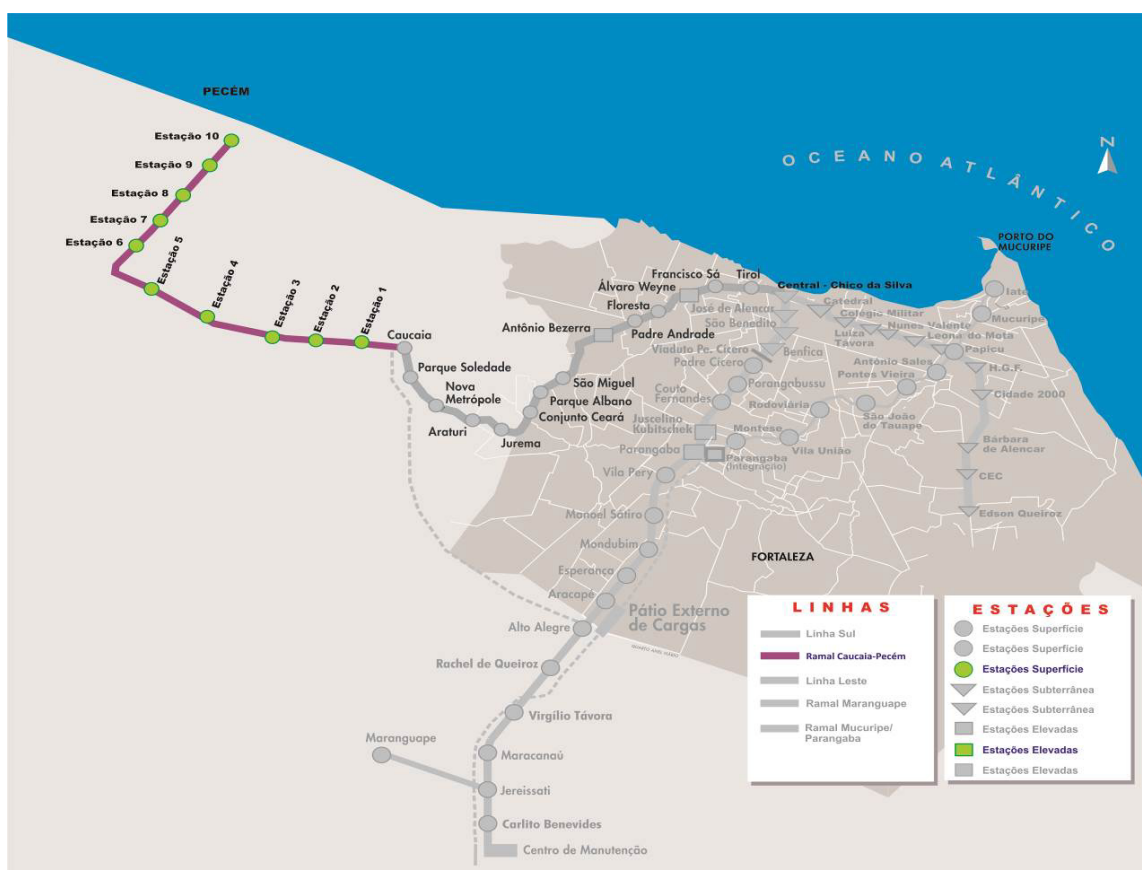
Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

4.2.3.2. Grande Fortaleza – Ramal Caucaia-Pecém (em concepção)

O Ramal Caucaia-Pecém (**Mapa 16**) é um ramal metroferroviário, com extensão de aproximadamente 52 km, que interliga a Estação Caucaia ao Porto do Pecém.

O Ramal está na fase de concepção, tendo o seu projeto incluído no PAC/Grandes Cidades, cuja Carta Consulta foi entregue ao Ministério das Cidades. Ele está em análise na CAIXA para definição da forma e do agente financiador deste Projeto.

Mapa 16. Trajeto do Ramal Caucaia-Pecém.



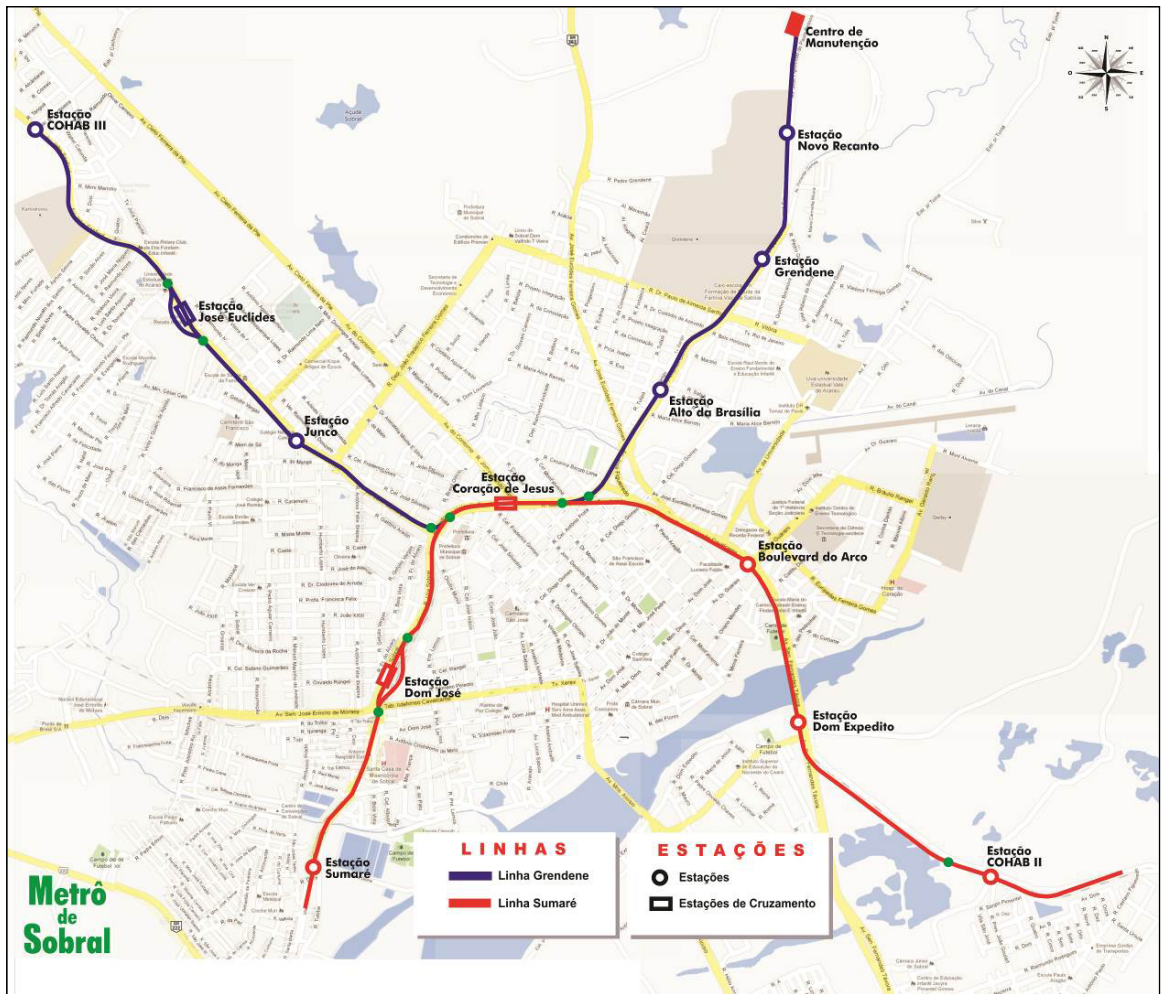
Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

4.2.3.3. Região do Cariri – Veículo Leve Sobre Trilhos (implantado)

Na Região do Cariri, o VLT (**Mapa 17**) integra os municípios de Crato e Juazeiro do Norte. São aproximadamente 1,4 mil pessoas transportadas por dia ao longo de 13,6 km de extensão, passando por 9 estações. Funciona de segunda a sexta-feira, das 6h às 19h, e aos sábados de 6h às 14h.

Foram atendidos em média 1.415 usuários / dia útil na região do Cariri no exercício de 2015.

Mapa 18. Trajeto do VLT de Sobral.



Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

4.2.4. Produto Linha Leste do Metrô Implantada – Grande Fortaleza – Metrô - em implantação pela Seinfra (2015).

O Projeto Funcional da Linha Leste do Metrô (**Mapa 19**) prevê a implantação de 12 estações, numa extensão de 12 km entre a Estação Central Chico da Silva e a Estação Edson Queiroz, em Fortaleza.

A Linha Leste será integrada às linhas Sul e Oeste do Metrofor e a toda a rede de transporte público de passageiros da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.

Mapa 19. Trajeto da Linha Leste do Metrô



Fonte: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

4.2.5. Produto Linha de Trem Operada - Manutenção da oferta de serviços de transporte metroferroviário (2015).

Grande Fortaleza – Linha Sul do Metrô e Linha Oeste do VLT de Fortaleza

Em 2015 foram transportados por meio do serviço de transporte metroferroviário aproximadamente 23.000 usuários/dia útil, nas Linhas Sul e Oeste do Metrô de Fortaleza.

Região Cariri – VLT do Cariri

Em 2015 foram beneficiados com esse serviço um total de 372.365 passageiros.

Região Norte – VLT de Sobral

No ano de 2015, foram beneficiados com esse serviço um total de 409.817 passageiros.

5. RESULTADO 5 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO E TRANSPORTE

Tabela 13. Indicadores do Resultado Estratégico Melhoria das Condições de Segurança no Trânsito e Transporte, 2007-2015.

Indicador	Exercício								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**
Número de vítimas fatais no trânsito por 10.000 veículos	12,18	10,66	7,75	9,98	10,76	11,13	11,70	11,82	9,47
Número de vítimas fatais no trânsito por 100.000 habitantes	17,28	16,32	12,71	17,75	24,51	27,92	31,66	34,54	29,21
Número de acidentes no trânsito por 100.000 habitantes	239,09	237,15	259,14	299,11	310,96	298,67	314,66	328,07	341,26

Fonte: SCIDADES – Departamento Estadual de Trânsito - Detran.

* Valores reais de 2014.

** Valores reais até outubro e valores de novembro e dezembro estimados pela média mensal, tanto nos veículos quanto no número de habitantes.

O resultado estratégico Melhoria das Condições de Segurança no Trânsito e Transporte reflete a atuação do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, órgão vinculado à Secretaria das Cidades, no sentido de promover a melhoria da segurança no trânsito em vias públicas, bem como o controle do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Ceará.

Neste sentido, a atuação do Detran para a redução dos indicadores se dá por meio de:

- Campanhas educativas de trânsito com cursos, palestras, blitzes educativas, peças teatrais e outros eventos ligados à educação no trânsito.
- Campanhas publicitárias institucionais educativas de trânsito, veiculadas por meio de rádio, televisão, jornal, panfletagem e rede social, visando chamar a atenção da população para a importância e os cuidados no trânsito.
- Intensificação de ações fiscalizatórias de trânsito mediante a realização de blitzes na capital e nos principais municípios do interior do Estado, com o apoio operacional da Polícia Rodoviária Estadual – PRE.
- Investimentos na área de sinalização de trânsito nas rodovias estaduais, por meio da implantação de sinalização vertical, horizontal e semafórica, redutores de velocidade e dispositivos de segurança viária (defensas, pórticos, tachinhas e tachões etc.)

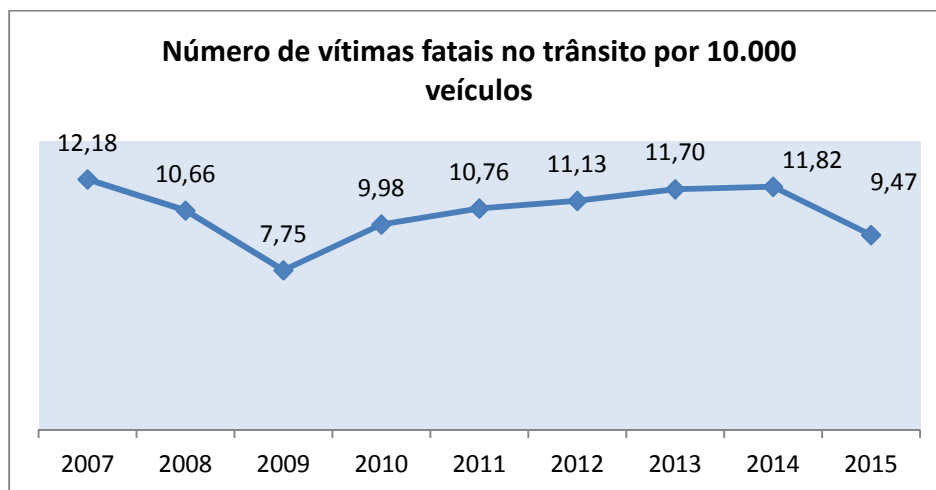
- Investimentos em equipamentos de suporte operacional a exemplo de veículos, etilômetros, cones e outros materiais afins, tendo em vista a realização das intervenções fiscalizatórias.
- Obras para a melhoria da infraestrutura operacional das atividades fiscalizatórias e para a melhoria da infraestrutura administrativa da Instituição, com vistas a descentralização das atividades para facilitar o acesso dos usuários aos serviços.

O resultado apresentado neste item é mensurado pelos indicadores “Número de vítimas fatais no trânsito por 10.000 veículos”, “Número de vítimas fatais no trânsito por 100.000 habitantes” e “Número de acidentes no trânsito por 100.000 habitantes”.

5.1. Análise do Indicador de Resultado: Número de vítimas fatais no trânsito por 10.000 veículos (2007-2015).

O indicador “Número de vítimas fatais no trânsito por 10.000 veículos” representa a comparação do número de mortos no trânsito em relação à frota de veículos do Estado. Estes dados são enviados pelos órgãos (municipais, estaduais e federais) que fazem parte do Sistema Nacional de Trânsito no Estado do Ceará.

Figura 11. Evolução do Indicador Número de vítimas fatais no trânsito por 10.000 veículos, Ceará, 2007-2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Departamento Estadual de Trânsito – Detran.

A evolução do indicador registra uma ocorrência inconstante, de 2007 a 2009 apresentou uma tendência de queda, chegando até 7,75 vítimas por 10.000 veículos e no período 2010-2014 apresentou-se crescente registrando ao final desse período o número de 11,82 vítimas fatais por 10.000 veículos, chegando a 2015 com 9,47 vítimas fatais por 10.000 veículos, uma redução de 19,89% em relação ao ano de 2014.

As possíveis causas para a queda no percentual foi a intensificação das campanhas educativas, publicitárias, intervenções fiscalizatórias, melhoria na malha viária e infraestrutura do Estado.

Os principais fatores que contribuíram para o comportamento do indicador no período foram:

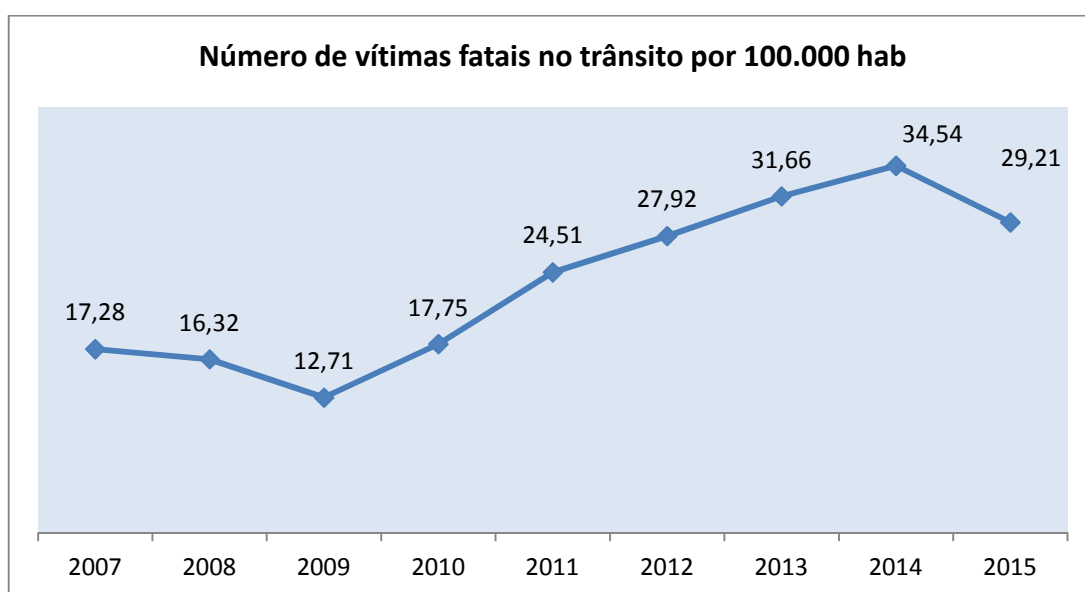
- Aumento da frota de veículos no Estado, passando de 1.180.066 veículos em 2007 para 2.828.433 veículos no ano de 2015, um aumento de 139,68%.
- Aumento na frota de motocicletas, de 705.091 em 2010 para 1.133.535 em 2014, uma evolução de 60,76% (as principais vítimas de acidentes de trânsito são os motociclistas).
- Aumento no número de condutores habilitados no período, que cresceu de 976.621 em 2007 e atingindo o total de 1.847.378 habilitados em 2015. O percentual de aumento no período é 89,16%.
- Falhas humanas por imprudência, imperícia e/ou desatenção dos condutores de veículos.
- Más condições de conservação de trechos de algumas vias públicas, tanto federais quanto estaduais.
- Falta de manutenção nos sistemas principais dos veículos.

A redução nos indicadores de 2014 para 2015 demonstram a importância da continuidade das ações na gestão do trânsito, envolvendo as áreas de sinalização, fiscalização e educação de trânsito.

5.2. Análise do Indicador de Resultado: Número de vítimas fatais no trânsito por 100.000 habitantes (2007-2015).

O indicador “Número de vítimas fatais no trânsito por 100.000 habitantes” representa a comparação do número de mortos no trânsito em relação à população do Estado. Estes dados são enviados pelos órgãos (municipais, estaduais e federais) que fazem parte do Sistema Nacional de Trânsito no Estado do Ceará.

Figura 12. Evolução do Indicador Número de vítimas fatais no trânsito por 100.000 habitantes, Ceará, 2007-2015.



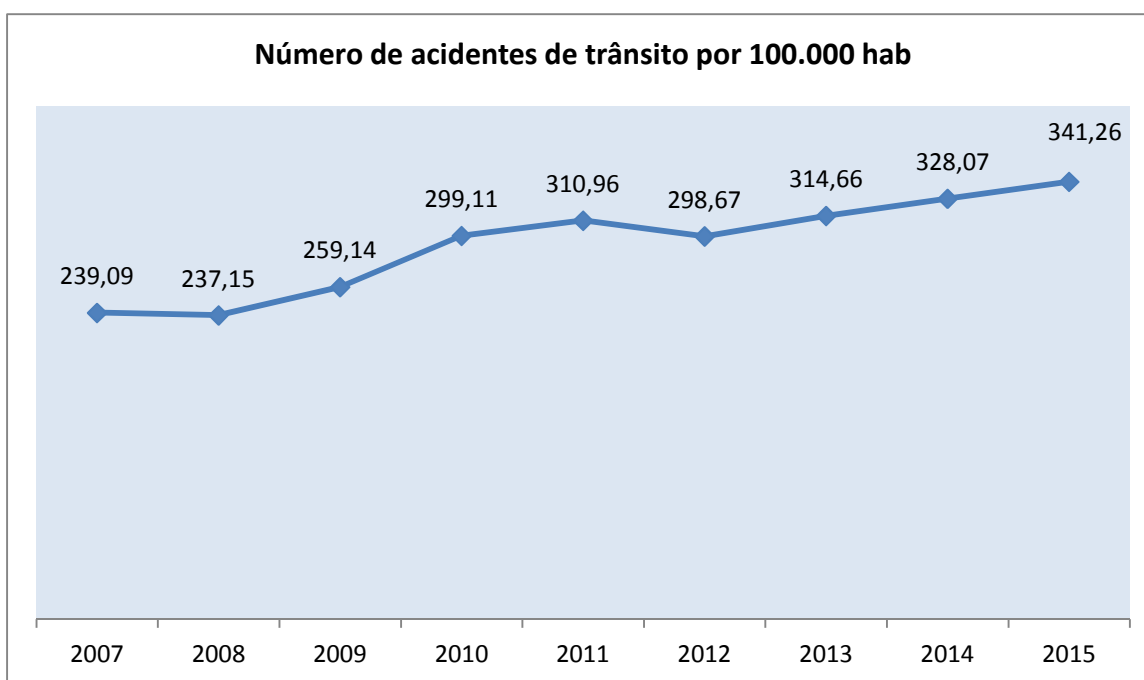
Fonte: Secretaria das Cidades. Departamento Estadual de Trânsito – Detran.

A série histórica mostra que houve um aumento a partir de 2009, onde registrou-se 12,71 vítimas por 100.000 habitantes, chegando até 34,54 em 2014. No ano de 2015 houve uma queda nesse número, chegando a 29,21 vítimas por 100.000 habitantes, uma redução percentual de 15,43%. Mesmo com a queda em 2015, a variação apresentada no período 2007/2015 foi de 69,03%.

5.3. Análise do Indicador de Resultado: Número de acidentes no trânsito por 100.000 habitantes (2007-2015).

O indicador “Número de acidentes de trânsito por 100.000 habitantes” representa a comparação do número de acidentes de trânsito em relação à população do Estado. Estes dados são enviados pelos órgãos (municipais, estaduais e federais) que fazem parte do Sistema Nacional de Trânsito no Estado do Ceará.

Figura 13. Evolução do Indicador Número de acidentes de trânsito por 100.000 habitantes, Ceará, 2007-2015.



Fonte: Secretaria das Cidades. Departamento Estadual de Trânsito – Detran.

Observando a série histórica (Figura 3), percebe-se que houve uma tendência crescente no número de acidentes de trânsito por 100.000 habitantes. De 2007 a 2015 houve uma variação de 42,73% e entre 2014/2015 um aumento de 4,02%.

Principais fatores que contribuíram para o aumento no índice do Número de Acidentes de Trânsito por 100.000 Habilitantes no período 2014/2015 foram:

- Aumento da frota de veículos no Estado (evolução da frota de veículos: 9,47%).
- Aumento de 8,22% na frota de motocicletas (as principais vítimas de acidentes de trânsito são os motociclistas).

- Más condições de conservação de trechos de algumas vias públicas, tanto federais como estaduais; e a falta de manutenção nos sistemas principais dos veículos;
- Aumento de 8,02% no número de condutores habilitados no período.

5.4. Influência dos Produtos no Resultado Estratégico (2015)

5.4.1. Produto Equipamento Público Construído (2015).

Em 2015 havia uma programação para a construção de 200 abrigos. A meta desse produto alcançou uma execução de 100%. Os abrigos foram construídos em pontos de parada nas rodovias estaduais, beneficiando a população que utiliza transporte público rodoviário intermunicipal.

5.4.2. Produto Sinalização Implantada (2015).

Foram implantadas sinalizações horizontais e verticais, e dispositivos de segurança – 1.052.931m² de sinalização (horizontal), 15.576m² de placas (vertical), 35.092 metros de defensas metálicas, 15 unidades de colunas cônicas e 196.970 unidades de tachinhas/tachões, em 1.336 km de rodovias estaduais, para proporcionar maior segurança no trânsito.

5.4.3. Produto Evento Realizado (2015).

Foram promovidos 756 eventos educativos de trânsito (cursos, palestras, seminários, blitz educativas) e campanhas publicitárias educativas institucionais, além de atendimento educacional da Escola de Trânsito, beneficiando diretamente 25.556 pessoas com o objetivo de educar os cearenses para o trânsito defensivo.

5.4.4. Produto Blitz Realizada (2015).

Foram fiscalizados 727.012 veículos em circulação em vias públicas no Estado do Ceará. Realização de 7.724 blitz fiscalizatórias na capital e no interior, sendo fiscalizados 363.506 veículos, apreendidos 42.110 veículos e 6.359 CNH, realizadas 8.062 autuações por embriaguez e aplicadas 107.246 multas. Aquisição de 5 (cinco) veículos para suporte operacional de trânsito.

5.4.5. Produto Veículo Registrado (2015).

No ano de 2015 foram registrados 164.967 novos veículos.

5.4.6. Produto Habilitação Concedida (2015).

No ano de 2015 foram habilitados 147.248 novos condutores de veículos automotores. Além deste, ainda foram renovadas 285.829 CNH. No Programa CNH Popular, somente no exercício de 2015, foram expedidas 16.375 CNH.

5.4.7. Produto Unidade Operacional Implantada (2015).

Objetivando a descentralização das ações e atividades relacionadas ao trânsito, para facilitar o acesso dos serviços aos usuários dos municípios interioranos, foram realizadas, no período, melhorias da infraestrutura administrativa, com a implantação de novas unidades:

- Construção da Sede Regional do Município de Baturité.
- Construção da Área de Exames de Prática de Direção de Baturité.